

SINDICALISMO E ANARQUISMO NO BRASIL

Alexandre Samis

Primeiros tempos

A origem do anarquismo no Brasil, se levarmos em consideração a utilização mais sistemática do termo, pode ser encontrada nos discursos políticos de grupos de poder formados nos primeiros anos da independência (1822) no país. A necessidade de instituir a “ordem”, também através do discurso, deu aos segmentos representativos das elites brasileiras a primazia na qualificação e desqualificação de certos termos. Assim, a idéia de anarquismo aparecia no espaço público, imprensa em particular, com a forja dos que, com a sua negativa, pretendiam colocar o Estado brasileiro no caminho da estabilidade política.

Coube ao grupo de José Bonifácio de Andrada e Silva, o célebre artífice da independência, também conhecido como a “elite coimbrã”, tendo em vista a formação de alguns de seus membros na Universidade de Coimbra, em Portugal, muito do que se entenderia no plano da retórica pelos termos anarquismo e anarquistas. No momento dos embates políticos com os demais grupos opositores, a “elite coimbrã” não descuidou da tarefa de atribuir ao termo anarquismo, obviamente associado aos seus inimigos, os piores significados da época. Criava-se dessa forma uma legenda que não cessaria de crescer pelos anos vindouros, do anarquismo como antítese da ordem e da tranqüilidade no Brasil.

Entretanto, apesar de certa originalidade na aplicação do termo, o segmento coimbrão não havia criado a palavra. O anarquismo, como rotulação de comportamento, avesso a “ordem”, já figurava nos discursos dos próprios jacobinos, durante a Revolução Francesa. Anarquista era o (des)qualificativo utilizado por Robespierre para atacar os representantes da esquerda, que tinham servido aos seus interesses, e dos quais pretendia se distanciar. Nesse aspecto o anarquismo surge, também na Europa, como o grande pária das políticas defendidas pelo novo modelo de Estado.

De qualquer forma, no início do século XIX, tanto no Brasil como no exterior, o que caracteriza o anarquismo é a busca por um alargamento da participação social, aquilo que os governos chamavam de “excessos de liberdade”. Alguns jornais como “O Anarquista Fluminense”, de 1835, e “O Grito Anarquial”, de 1848, no Rio de Janeiro, utilizaram o anarquismo para fazer críticas jocosas aos segmentos políticos em vias de ascensão. Não era obviamente o anarquismo ideológico das décadas seguintes, mas tal atitude indica a consolidação da idéia de anarquismo como crítica ao poder vigente.

Em 1848, na esteira dos movimentos europeus que no seu conjunto ficaram conhecidos como “A Primavera dos Povos”,² estoura em Pernambuco a Insurreição Praieira. Embora com algum conteúdo liberal, o levante, protagonizado pelo Partido da Praia trazia em seu

conteúdo doutrinário certa influência dos escritos de Proudhon, Cabet, Fourier e Saint-Simon. A ala mais radical dos insurretos, que contava com o intelectual Borges da Fonseca chagava mesmo a afirmar: “assim que não temos partidos; estão eles para nós acabados; hoje só há liberdade e regeneração, ou escravidão e aniquilamento; venham todos a nós, que os receberemos como irmãos.”³ Também na revista “O Progresso”, que circulou em Pernambuco entre 1846 e 1848, essas idéias eram defendidas com ênfase nas questões relativas à liberdade.

Após o ano de 1850, com a abolição do tráfico de escravos africanos para o Brasil, certas realidades foram alteradas. A pressão do imperialismo inglês fazia-se notar a cada dia. Os movimentos de emancipação ganhavam traços liberais e o republicanismo evidenciava-se, com alguma timidez, através de discursos e artigos em jornais. O ano de 1870 trazia, com o fim da guerra com o Paraguai, algumas transformações para a estrutura política do país. Neste ano era publicado o Manifesto Republicano e o parlamento do Império sofria com as lutas intestinas entre conservadores e liberais. Somando-se ao contexto apresentado, irrompe, na primavera francesa de 1871, após a capitulação de Napoleão III diante das tropas prussianas, a Comuna de Paris, fato largamente divulgado na imprensa mundial. Tal evento, a despeito de sua curta duração, cerca de 72 dias, logrou produzir no imaginário da burguesia e dos governos conservadores enorme comoção e histeria reacionária. Isso se devia em grande parte ao que Bakunin, ele mesmo um expoente da Comuna de Lion, afirmava sobre o episódio parisiense: “foi uma negação audaciosa e bem clara do Estado, e a exaltação da ação espontânea e comum das massas, dos grupos de associações populares, porque as massas têm, eminentemente, o instinto socialista”⁴.

No Brasil, os ecos do movimento popular francês não se circunscreveram à imprensa; no parlamento, as notícias sobre o possível desembarque de *communards* justificaram as mais diversas especulações sobre o fato. Os políticos mais conservadores chegaram mesmo a proferir discursos com ornatos barrocos sobre o tema e a necessidade de repatriação dos implicados nos acontecimentos de Paris, caso estes realmente ousassem pisar em território brasileiro. O Visconde de São Vicente, sócio de empreendimentos estrangeiros e fraternal conviva da casa imperial, asseverava com dramaticidade contra “uma facção tenebrosa que ameaçou a humanidade inteira, a todas as nações civilizadas, duma facção que declarou guerra à propriedade particular e pública, à vida dos homens... que assassinou só por maldade... que declarou guerra à moral, à religião, à própria divindade”⁵. Depoimentos semelhantes compuseram os inúmeros pronunciamentos de conservadores que, em comoção, ocuparam a tribuna naqueles dias.

Embora, nenhum registro documental comprove a chegada de refugiados da Comuna ao Brasil, ao contrário de Montevideu e Buenos Aires, muitas imagens do levante popular permaneceram como testemunhos do impacto na vida política e intelectual do país. Poetas, como Castro Alves, mesmo antes do fenômeno naturalista na literatura que, como queria Emile Zola, via na escrita uma “verdadeira pesquisa social”⁶, associaram a saga dos heróis de Paris com a causa da abolição; o escritor Euclides da Cunha, ainda na sua juventude, em 1884, saudava a *communard* Louise Michel com um poema:

“E n’essa insânia - à qual - nada há que dome ou quebre
Enlameada e nua a população em volta
Bebendo-lhe no olhar os incêndios da febre!”⁷

Mesmo alguns jornais mais radicais passaram a ostentar em seus cabeçalhos a “ignominiosa” referência à Comuna. O próprio termo comunista, não o de clara conotação marxista, passou a ser encontrado com muito mais recorrência nas diversas publicações, quer para bem ou mal da memória dos insurretos parisienses. Também no Brasil, a Comuna auxiliaria na construção da imagem das multidões como “monstros cegos”⁸; ao espetáculo de quilombos (comunidades de escravos fugitivos) em incandescente atividade, das rebeliões urbanas e rurais e dos capoeiras incorporava-se outro cenário terrível. O mito das “classes perigosas” era acrescido de mais um precedente histórico que deveria ser reprovado e combatido pelas elites políticas. Pode servir de exemplo a isso a passagem, em 1893, do anarquista Elisée Reclus⁹ pelo Brasil, ele foi referido pela imprensa apenas pela sua condição de geógrafo e cientista, nunca por ser um veterano da Comuna.

Colônias, socialismo e experiências rurais

Após o desembarque da família real Orleans e Bragança no Brasil, em 1808, fugindo da invasão de Napoleão e a elevação da antiga colônia à condição de Reino Unido, a política migratória praticada até então pela metrópole sofreu sensível alteração. De uma colônia fechada - vale lembrar que o cientista alemão Alexandre Von Humbolt foi impedido de entrar no Brasil anos antes - a administração do príncipe D. João passou a elaborar projetos específicos para a ocupação de pequenas propriedades.

Ao lado dos chineses, que vinham plantar o chá nas encostas íngrimes dos morros cariocas, foram introduzidas nos vales incrustados entre as escarpas da Serra do Mar, na Colônia de Nova Friburgo, no ano de 1818, algumas dezenas de famílias suíças. No Rio Grande do Sul, na comunidade que viria a se chamar São Leopoldo, em 1824, alemães davam início a um núcleo colonial que, por sua organização e sucesso econômico, seria considerado o marco inicial da história desse tipo de experiência no Brasil.

Anos após, em 1856, em meio a intensos debates sobre a utilização de imigrantes europeus para o povoamento de áreas devolutas ou para substituição da mão-de-obra africana escrava, o político e latifundiário Nicolau de Campos Vergueiro, instalava em sua fazenda de café, em Ibicaba, interior de São Paulo, colonos livres alemães e suíços. O sistema de parceria utilizado por Vergueiro, resultaria em profundo descontentamento por parte dos trabalhadores que, tendo à frente o mestre-escola Thomaz Davatz, iniciariam uma grande revolta. Mas, não obstante os protestos de colonos, é na década de 1850 que se registram as entradas mais significativas de imigrantes, cerca de 117.000 e, na década posterior, mais 527.000, situação que não se reverte nos decênios seguintes.

Entretanto, tomando como referência a chegada de imigrantes ao Brasil, inclusive como base da nova política de ocupação de terras e necessidades de quadros técnicos

oriundos dos centros mais desenvolvidos tecnologicamente, podemos afirmar que as relações do Brasil com o Velho Mundo, certamente, foram muito além da mera condição de colônia espoliada. Alguns europeus que aqui chegaram trouxeram, em suas bagagens, algo distinto da pura ambição pelo rápido enriquecimento e o desejo de exploração da terra “inculta e atrasada”. Já em 1840, quando chegava a Pernambuco, o engenheiro francês Louis L. Vauthier para trabalhar no Departamento de Obras, algumas idéias socialistas encontravam interlocutores na região. Vauthier, que proporia, além de outras medidas, um plano de urbanização inovador, estimulou em muito o campo de discussões sobre o socialismo em Recife. Adepto de Fourier, interferiu significativamente no ambiente intelectual da cidade nordestina e, com o jornalista, Antônio Pedro de Figueiredo, importante referência na Insurreição Praieira, intensificou a circulação de textos, revistas e idéias fourieristas.

Na mesma época um outro francês, o médico Benoit-Jules Mure percorria o Sul do Brasil com o propósito de estabelecer na região meridional um “falanstério”, nos moldes propostos por Fourier. Em 1841, artesãos e técnicos franceses chegavam ao Rio de Janeiro e partiam para a região Sul onde fundariam as colônias, em Santa Catarina, de Saí e Palmital. Tais empreendimentos por diversos fatores, entre eles a falta de pedidos para as máquinas a vapor que seriam construídas pelos artesãos, tiveram uma existência breve. Posteriormente, o médico Mure retornaria ao Rio de Janeiro e abriria o primeiro Instituto Homeopático do Brasil, além de fundar o jornal “O Socialista da Província do Rio de Janeiro”, um dos precursores da imprensa socialista na América Latina.

Nos anos seguintes, outras iniciativas similares às referidas foram levadas a efeito por libertários de diversas procedências. Colônias como as de Guararema, em 1888, na Província de São Paulo, fundada pelo italiano Arthur Campagnoli; a “Cosmos”, fundada por norte-americanos em Santa Catarina, e a Colônia Vapa, no município paulista de Assis, organizada por imigrantes letões, apareceram e sofreram toda a sorte de impedimentos e vicissitudes impostas pelos proprietários circunvizinhos e governos conservadores. No Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1908, algumas famílias de imigrantes vieram colonizar uma área encravada na Serra da Mantiqueira, que ficaria conhecida como “Visconde de Mauá”. O universo de imigrantes era formado por suíços, alemães, austríaco, portugueses e espanhóis que, muito depressa, entraram em choque com as elites locais. Os jornais de Resende, em 1909, encontravam nos elementos mais independentes as características do anarquismo, o suíço Kister Adolpho e outro, que atendia pelo nome de Richter, um electricista, foram perseguidos no contexto de uma revolta acontecida na comunidade no dia 3 de outubro, daquele ano. Entretanto, com a evolução dos acontecimentos, a condição de anarquista, segundo os periódicos conservadores, deixou de ser exclusiva de alguns e passou a qualificar o “Núcleo Mauá” como sendo um “geradoiro de desordens”¹⁰.

Outra Colônia importante, fundada já nos primeiros anos do século XX foi a de Erebangó, no Rio Grande do Sul. Formada por famílias de ucranianos, que haviam passado por São Paulo, depois encaminhadas pelo governo deste estado para Porto Alegre, a Colônia foi edificada em meio aos bosques da localidade de Erebangó, tendo os colonos o objetivo de cultivar a terra e ali formarem, a partir de 1911, um núcleo de povoamento. A despeito

da precariedade das instalações dos primeiros tempos e das dificuldades em função da falta de recursos os ucranianos, muitos deles anarquistas, conseguiram algum sucesso na empreitada. Os trabalhadores de Erebango chegaram mesmo a organizar, com outros libertários russos, na Argentina, uma Federação de Trabalhadores Russos que ignorava as fronteiras políticas entre os dois países. Na comunidade circulavam obras de anarquistas importantes como Alexander Berkman, Volin, Emma Goldman e Nestor Makhno, este último bastante admirado pelas táticas de guerrilha utilizadas durante a Revolução Russa. A Colônia teria contribuído também para a organização de sindicatos e associações nas cidades gaúchas de Floresta, Erechim, Guarani, Campinas e Santo Ângelo.

A experiência de maior prestígio, entretanto, foi a “Colônia Cecília”, iniciativa do médico veterinário formado em Pisa, Giovanni Rossi. Iniciada no ano de 1890, após uma aquisição de terras feita ainda no governo imperial, a Colônia que se localizava na região de Palmeira, no Paraná, não teve uma existência tranqüila. A exemplo das demais, foi fustigada por setores da elite local, além de ter sofrido com a conjuntura estabelecida por ocasião da Revolução Federalista no Sul do país. Com iniciativas de relações familiares poliândricas, de amor livre e caixa de rendimento comunal, a “Colônia Cecília” ousava em campos até então apenas teorizados pelos anarquistas. Segundo Rossi, o propósito da Colônia não era uma “experimentação utopística” de um ideal, mas um estudo experimental rigorosamente científico, das atitudes humanas diante de determinados problemas. Assim a existência da Colônia, que durou até 1894, marcava mais uma graduação no âmbito das experiências rurais que acumulavam os anarquistas no Brasil.

Associações, congressos operários e organizações anarquistas

Em torno do ano de 1830 o café já superava em muito os demais produtos brasileiros no conjunto da pauta de exportações. O capital acumulado com o produto ampliou o prestígio da região Centro-Sul do país. Tal situação fez com que, através do tráfico inter-provincial, após 1850, muitos escravos fossem deslocados das áreas açucareiras no Nordeste e acabassem por parar nas fazendas de café do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Assim, com o crescimento da cultura do café, cresciam também os centros produtores e exportadores, as cidades ganhavam novos traçados e a população avançava numericamente na mesma proporção. O Rio de Janeiro, capital do Império e centro exportador contava, em 1872, com 274.972 habitantes, e era o centro de maior concentração demográfica do país. Em 1890, na vigência da República, os números assustavam e a cidade já passava de 522.000 habitantes. A cidade de São Paulo, apesar deste estado representar a dianteira na produção de café, tinha, até fins da década de 1890, por razões peculiares ao seu processo histórico, população inferior às das cidades de Recife e Salvador.

Por conta das suas características históricas o Rio de Janeiro apresentava condições especiais que favoreceram a constatação de determinados fenômenos sociais importantes. Muitas ocorrências, por estarem elas acontecendo na sede do governo, ganhavam relevo

nacional e, por vezes, toma-se a história do país pelos acontecimentos de sua capital. Dessa forma, é no Rio de Janeiro que aparecem os registros das primeiras greves de trabalhadores livres no Brasil. Uma destas manifestações de classe teria ocorrido em 8 de janeiro de 1858, por ocasião das reivindicações salariais dos compositores gráficos, reunidos na Associação Tipográfica Fluminense. Tais trabalhadores organizados comprometeram a tiragem de três importantes jornais à época: o “Jornal do Commercio”, o “Correio Mercantil” e o “Diário do Rio de Janeiro”.

Mas a mobilização dos tipógrafos não era fruto exclusivo das demandas econômicas, assim que, desde 1854, a classe, reunida em sua Associação, promovia conferências, organizava bibliotecas e interferia nos assuntos diretamente ligados aos seus interesses. Para a criação do “Jornal dos Typógraphos”, boletim da categoria, além das cotas pagas mensalmente pelos associados, foram organizados espetáculos beneficentes e outras atividades com o fito de ampliar as reservas financeiras da entidade. Tais atitudes afastavam a Associação Tipográfica Fluminense da condição de simples instância assistencial, muito ao contrário, a prática associativa de seus membros revelava o embrião das associações de resistência.

Depois da greve dos tipógrafos, outros movimentos de igual importância e caráter incomodaram as classes dominantes no Brasil. Entretanto, foi no início da República, com o crescimento da malha urbana e da população nas cidades, que as reivindicações operárias ganharam uma expressão nunca antes verificada. Em 1890, o Rio de Janeiro contava com 522.000 habitantes, número que, em 1906, cresceria para 811.443. Neste ano estavam concentrados na indústria 83.243 trabalhadores, em contraste com 66.062 postos ocupados no comércio e 14.214 nos transportes. Em 1907, encontravam-se no Rio de Janeiro cerca de 30% das indústrias de todo o país, enquanto São Paulo ficava com a proporção de 16% das empresas tomando-se o mesmo parâmetro.

Em função do crescimento industrial a classe empresarial acaba por se organizar criando, em 1904, o Centro Industrial do Brasil, com vistas a coordenar, dentro de uma diretriz “nacionalista”, os empreendimentos no país. O setor de serviços crescia, na Capital Federal, no mesmo período, assim como as sociedades anônimas e comerciais. Em oposição a essa euforia empresarial estavam as condições do operariado, mesmo aos olhos de respeitados “quadros intelectuais” ligados ao regime. Segundo o médico carioca Raul Sá Pinto, em 1907: “O operário, nas suas atuais condições de vida, dizemos e havemos de repetir, não morre naturalmente: é assassinado aos poucos”...¹¹. Tal afirmação, registrada em tese de doutoramento, vinha acompanhada de denúncias de jornadas extenuantes nas fábricas, associadas à utilização de mão-de-obra infantil e feminina, subassalariadas e expostas a instalações insalubres. A República, a despeito de toda a propaganda envolvendo a promessa de um país livre das chagas e atavismos do Império, não lograra resolver os problemas estruturais da nação. Não apenas a industrialização herdada da monarquia a relação com seus entes produtivos - as mesmas negligência e exploração do passado atingiam o operário - mas também a infra-estrutura da cidade apresentava-se acanhada para o desenvolvimento dos projetos da modernidade republicana.

Com efeito, algumas tentativas de organização de núcleos de resistência, ao novo quadro de exploração dos trabalhadores, são postas em marcha ainda em fins do século XIX. Uma dessas entidades organizativas foi o Centro Operário Radical, que deu origem a alguns “Partidos Operários” e a iniciativas de resistência no campo sindical. Um Centro das Classes Operárias, dirigido pelos reformistas “trabalhistas”, tendência de prestígio principalmente no Rio de Janeiro, também foi criado nesse período. No ano de 1901, Gustavo de Lacerda, sob inspiração de Tolstoi e Lamennais, escreveria o livro “O Problema Operário no Brasil” e, no ano de 1903, surgiria a Federação das Associações de Classe, seguindo o modelo da CGT francesa, no estado do Rio de Janeiro, posteriormente transferida para a Capital Federal, recebendo o nome de Federação Operária Regional Brasileira, em 1906. Em São Paulo, no ano de 1905, os sapateiros, padeiros, marceneiros e chapeleiros fundavam a Federação Operária de São Paulo (FOSP) e, no ano do Primeiro Congresso Operário, no Rio de Janeiro, era criada a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ).

No ano de 1903, e no seguinte, um conjunto de greves foram deflagradas, algumas na conjuntura da Revolta da Vacina, e as posturas das distintas tendências, reformista e anarquista, apareceram com maior clareza para boa parte do proletariado carioca. A Federação das Associações de Classe, após a visita de delegados argentinos da Federação Operária Regional Argentina (FORA), em 1904, e da campanha de solidariedade aos trabalhadores russos, em 1905, passou a divulgar ainda mais o seu caráter sindicalista revolucionário explicitando a inclinação internacionalista, outro elemento distintivo de seu comportamento em oposição aos “trabalhistas”, muitas vezes signatários do nacionalismo jacobino.

O ascenso do movimento operário revolucionário deu aos anarquistas a possibilidade de organizarem o Congresso Operário Regional Brasileiro, entre 15 e 22 de abril de 1906, no Centro Galego, no Rio de Janeiro. Estiveram presentes ao encontro 43 delegados de várias partes do Brasil, representando 28 associações, a maioria ligadas a ramos industriais, e outras como estivadores, ferroviários, trabalhadores em trapiches e café, integrantes do setor de serviços. Acompanhando a tendência dos anos anteriores, a despeito da presença de reformistas “trabalhistas” nos debates, o Congresso aprovou a filiação de suas teses ao sindicalismo revolucionário francês. Assim, a neutralidade sindical, o federalismo, a descentralização, o antimilitarismo, o antinacionalismo, a ação direta, a greve geral, etc passaram a fazer parte dos princípios dos sindicatos signatários das propostas do “Primeiro Congresso Operário Brasileiro”, nome adotado pela comissão de redação das deliberações finais do referido encontro. O Congresso decidia também pela organização dos sindicatos por ofício, por indústria ou, em último caso, por ofícios vários, além de aconselhar, nas áreas rurais uma propaganda no sentido de se organizarem sindicatos de resistência.

A opção pelo sindicalismo revolucionário, explícita no texto final, acontecia por diversos motivos. O primeiro deles, e muito provavelmente por razões análogas teria sido esse modelo adotado em outras partes do mundo, foi a capacidade e abrangência do programa que previa a possibilidade de convivência de “opiniões políticas e religiosas”, elegendo o campo econômico, por ser ele mais universal e de clara compreensão, como o de interesse comum de todos os operários. Outro ponto importante era o Federalismo, que facultava aos

sindicatos autonomia dentro da federação e, por sua vez, da federação, frente à confederação. Situação que favoreceu imensamente a pactuação de grupos sindicais que, se não eram claramente vinculados à proposta anarquista, simpatizavam com os princípios descentralizados da organização proposta.

Como resposta a uma possível descaracterização do projeto revolucionário, tendo em vista a descentralização federativa, os anarquistas fizeram questão de frisar as formas de luta que deveriam ser adotadas pelos filiados. Se por um lado, as questões econômica e do federalismo não eram, por assim dizer, por elas próprias, determinantes ideológicas. Os meios utilizados para alcançar os objetivos comuns, muito ao contrário, definiam claramente o conteúdo revolucionário do sindicato. Dessa forma, a greve geral ou parcial, o boicote, a sabotagem, a vinculação do 1º de maio à revolução etc, promoviam, como queriam alguns sindicalistas anarquistas, a “ginástica revolucionária” que prepararia o proletariado para a verdadeira luta, a Revolução Social. Esperavam os anarquistas que na ação concreta, na solidariedade, e na observação empírica das contradições entre capital e trabalho, evidenciadas nos confrontos, estivesse a grande lição a ser apreendida pelos trabalhadores. Essa era a garantia, segundo eles, da aquisição de princípios ideológicos, não pela pregação retórica ou manuais, destituídos das experiências sensíveis, mas pela prática da ação cotidiana e revolucionária das massas.

Para os anarquistas estava claro que não se tratava exclusivamente de uma luta reivindicativa e política, essas eram as razões mais visíveis; o problema, e aí residia a opção pela ação no campo sindical, estava na contradição ou “realidade fundamental do capitalismo, as relações de produção na empresa”¹². A própria lógica da produção no sistema excluía o trabalhador, suprimia o papel deste, e adotava como princípio fundamental a ampliação da exploração em oposição à própria integração do operário no processo produtivo. Assim, a organização dos indivíduos que produziam, no contexto da fábrica, oficina ou estabelecimento comercial, engendrava uma nova ética na produção, uma ingerência radical operava-se a despeito da anuência do patrão, quer no embate contínuo do cotidiano laboral, quer nos episódios de maior visibilidade em *meetings*, passeatas e greves.

Ainda no campo prático, o Congresso decidiu que uma confederação e um jornal sindical deveriam ser criados para, respectivamente, prestarem auxílio às federações dando voz ao coletivo de associações. Essa confederação, criada dois anos após o Congresso, foi batizada de Confederação Operária Brasileira (COB) e o seu órgão de imprensa oficial, “A Voz do Trabalhador”. Outra medida proposta foi a propaganda por folhetos, manifestos, conferências, representações teatrais, etc; campo onde os libertários farão, através de grupos criados com este objetivo específico, seu proselitismo militante com certa sistematização, convictos como eram da necessidade de uma ação pedagógica no auxílio da prática política.

Com o encerramento do Congresso muitas entidades, como resultado das deliberações, aboliram o cargo de presidente e substituíram a diretoria por simples comissões administrativas. Esta nova estrutura mostrou-se bastante eficiente nas greves que foram decretadas no período. A neutralidade sindical, ou seja, o afastamento dos sindicatos de

qualquer partidarismo político, imprimiu aos movimentos grevistas um caráter novo, servindo para definir com clareza os objetivos mais imediatos das categorias. Fruto também da organização foram os protestos contra o “sorteio militar”, em 1908, e o fuzilamento do pedagogo espanhol Francisco Ferrer y Guardia, em Barcelona, no ano de 1909.

O governo, por sua parte, graças à pressão de setores reformistas e a preocupação com a crescente ação dos revolucionários no movimento social, esboçou uma tímida iniciativa no campo da legislação trabalhista. Em 1903 eram editadas medidas visando regulamentar sindicatos no setor econômico rural, o que viria a acontecer, também, em 1907, com as classes relacionadas ao trabalho urbano. Não era casual a criação de uma legislação específica para as categorias vinculadas ao trabalho nos grandes centros, no ano seguinte à organização do Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro. Assim como não tardou o governo a criar, da lavra do deputado Adolfo Gordo, uma lei de deportação, no ano de 1907, que atingiria, em geral, imigrantes e, em particular, os anarquistas.

No Rio de Janeiro, o movimento cooperativista, associado ao reformismo, crescia em paralelo ao sindicalismo revolucionário. Os governos passaram a fazer parcerias com os líderes daquela tendência incorporando a órgãos públicos seções de desenvolvimento das políticas cooperativistas. O paroxismo desta relação se deu com a convocação do Quarto Congresso Operário Brasileiro¹³, também conhecido como “Congresso Pelego”, organizado pelo filho do presidente da República Hermes da Fonseca, o deputado Mário da Fonseca, em 1912. No ano seguinte os anarquistas através do “A Voz do Trabalhador” davam início a uma série de convocatórias para o Segundo Congresso Operário Brasileiro, que viria a acontecer entre os dias 8 e 13 de setembro, no Centro Cosmopolita, sede do Sindicato dos Empregados em Hotéis, Cafés, Restaurantes e Similares.

Deste Congresso participaram duas federações estaduais, cinco federações locais e mais de cinquenta sindicatos, ligas e associações de várias partes do Brasil. A representatividade havia crescido e, na sua grande maioria, as propostas do Primeiro Congresso foram corroboradas pelas plenárias de 1913. Entretanto, alguns assuntos foram introduzidos nesse novo Congresso, como: crítica ao cooperativismo, discussão sobre bolsas de trabalho, definição de salário mínimo, atitude do proletariado diante da guerra, e uma moção de apoio aos trabalhadores de Portugal. Também aparece mais claramente no texto do encontro o termo “socialismo anarquista”, em oposição à propriedade privada, capitalismo e autoridade.

O período que separa este Segundo Congresso do posterior, sete anos, assim como havia acontecido em relação ao Primeiro Congresso, foi de intensa atividade. A Revolução Russa de 1917 havia adicionado aos debates sindicais uma dose acessória de entusiasmo e, com manifestações públicas de apoio ao processo russo, os sindicalistas revolucionários interferiram ainda mais na cena pública das principais cidades do país. A conjuntura de guerra (1914-1918) e um certo aquecimento do setor industrial, colaboraram para que as manifestações dos operários assumissem caráter, por vezes, insurrecional.

Em outubro de 1915, a COB convocou para o Rio de Janeiro um Congresso Internacional da Paz. Tal evento teria como resultado prático a criação do Comitê de Relações Internacionais com o fito de organizar uma confederação sul-americana de entidades

sindicais para uma futura filiação à Associação Internacional dos Trabalhadores. No mesmo mês e ano, e com pontos de discussão semelhantes, os anarquistas, aproveitando a presença de vários militantes na Capital Federal, dariam início ao Congresso Anarquista Sul-Americano, que buscava definir estratégias comuns para os libertários da referida fração continental. Embora o Congresso Anarquista se inscrevesse no campo das iniciativas que tentavam clivar diferenças sensíveis entre o sindicalismo e o anarquismo, muito do que se definiu, como resultado prático do encontro, não se distanciou das deliberações finais de congressos operários anteriores.

Dessa forma, em 1919, os anarquistas, carentes de um órgão que respondesse à altura pelas demandas do período, fundaram um Partido Comunista de inspiração libertária. Seu “presidente de honra”, José Oiticica - título aliás rejeitado pelo homenageado -, além de outros anarquistas, entendiam que era premente a necessidade de se formar um núcleo político que pudesse encaminhar, mais claramente, ações anarquistas em diversos setores da sociedade. O Partido, sem fins eleitorais, vinha preencher uma lacuna organizativa que não cessava de crescer com a ampliação das atividades de militantes libertários no meio operário.

Dentro desse quadro, e obedecendo às diretrizes do Segundo Congresso, foi convocado para acontecer, entre os dias 23 e 30 de abril de 1920, o Terceiro Congresso Operário Brasileiro. As reuniões tiveram lugar na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, no Rio de Janeiro, contando com a presença de 64 entidades de várias partes do país. O número de sindicatos presentes ao Congresso apresentava um ligeiro crescimento em relação ao anterior; ao que tudo indica a repressão da polícia, as deportações e o trabalho sistemático dos grupos reformistas e cooperativistas vinham produzindo resultados desfavoráveis às organizações revolucionárias diretamente ligadas ao sindicalismo.

Neste Congresso, como sintoma da adequação ao novo quadro da indústria brasileira do pós-guerra, entre outras resoluções, podemos encontrar aquela que defende a prioridade da sindicalização por “indústrias”, em detrimento da organização por “ofícios”. As decisões dos Congressos anteriores, de 1906 e 1913, ressalvadas algumas alterações relativas às especificidades da conjuntura histórica daquele momento, são reiteradas e as moções de apoio aos trabalhadores portugueses; revolucionários mexicanos e russos; aos trabalhadores irlandeses, perseguidos pelo Estado inglês e às manifestações contra o assassinato de Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht, encerram o encontro, animado pela interpretação do hino de “A Batalha”, reforçando seu caráter internacionalista.

Greves e repressão

O quantitativo de greves no Brasil deve muito de seu montante às organizações operárias revolucionárias. Na primeira década do século XX foram, por todo o país, deflagrados 111 movimentos grevistas, na sua maioria por questões salariais. Durante a conjuntura dos anos de 1917 a 1920, somente no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, outras, mais de duzentas, podem ser acrescidas ao número verificado até 1910. Todas estas

manifestações reivindicatórias aconteciam de forma endêmica, com maior ou menor incidência em determinadas capitais brasileiras, mas todas sob forte inspiração anarquista. Mesmo aquelas paralisações que estouravam, independentes, em alguns casos, de direções reformistas, eram tributárias do caminho aberto, formando uma verdadeira cultura reivindicatória, pelos libertários.

Tais eventos, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, pelas suas características e expressão pública, criaram uma dinâmica de mobilização que possibilitou, mesmo às bases de sindicatos reformistas, a indicação, para os seus respectivos movimentos reivindicatórios, de caminhos divergentes aos pregados pelas direções. A onda grevista, quer pelo entusiasmo das classes ou apenas por necessidades circunstanciais, arrebatou grande número de trabalhadores para a formação de seu imenso caudal. No geral, sem a definição precisa de matizes ideológicos, a ascendente curvatura estatística de greves, principalmente na conjuntura citada, serviu para alimentar os sonhos de Revolução Social, acalentados por muitos militantes libertários. Aos que defendiam o sindicato como prefiguração da futura sociedade libertária, parecia a materialização pura e simples das premissas defendidas pela tendência sindicalista revolucionária nos meios anarquistas.

No Rio de Janeiro, onde a classe trabalhadora era em sua maioria constituída por nacionais, as greves, como composição fundamental das táticas de ação direta, definidas nos Congressos Operários, assumiram conformação radical. Muitas paralisações acabaram por evoluir para confrontos entre a polícia e operários, decididos a tudo para a manutenção de direitos, consecução de benefícios salariais ou redução das horas de trabalho.

Em conformidade com os fatos, e interessado em ampliar determinados estereótipos, o governo no ano de 1907, através da rubrica do parlamentar Adolfo Gordo, promulgaria a lei de expulsão de indesejáveis à ordem pública. Tal medida que, segundo o proponente, visava trazer o “necessário remédio jurídico” para pôr fim aos excessos de liberdades atribuídos aos imigrantes anarquistas, era, na realidade, uma tentativa de por termo ao crescente movimento classista que insistia em explicitar a “questão social”, segundo as autoridades, inexistente no Brasil. Esta lei seria reeditada, com algumas atualizações, nos anos de 1913 e 1921, e, em parceria com ações policiais importantes, acabaria por contribuir para a crise no movimento operário revolucionário.

O movimento repressivo por parte do governo não limitar-se-ia às ações com desdobramentos exclusivos nas esferas social e política nacionais. Em 1917, acompanhando uma tendência internacional, o chefe de polícia do Rio de Janeiro, Aurelino Leal, organizava uma conferência que tinha como fito o controle social, além de outros assuntos relativos à segurança do Estado. A Conferência Judiciária-Policial, que aconteceria nos salões da Biblioteca Nacional, encarnava o espírito europeu dos grandes convênios policiais entre os países “civilizados” e contava com a participação de autoridades, inclusive de outros países, na matéria em questão. Aurelino Leal, no ano seguinte, pelo papel desempenhado em favor da repressão aos sindicalistas, seria alvo das mais severas críticas por parte dos anarquistas de todo o Brasil, personificando a imagem do mais cruel defensor do sistema capitalista vigente no país.

Nesse mesmo ano, além dos ventos revolucionários que sopravam desde o Leste da Europa, uma outra grande greve acontecia na cidade de São Paulo. Diferente do Rio de Janeiro, e de centros urbanos nordestinos onde a mão-de-obra era predominantemente nacional, a capital paulista possuía um expressivo contingente populacional estrangeiro empregado nas fábricas e no setor terciário. Mesmo no século anterior, no ano de 1893, a cidade registrava na totalidade de sua população 54,7% de estrangeiros. Assim, no mês de julho, ainda nos primeiros dez dias, diversos sindicatos já participavam dos ensaios daquilo que seria lembrado, de forma mítica, como a grande “Greve Geral de 1917”.

Mas, a conjuntura de julho fora desenhada habilmente pelos anarquistas sindicalistas à frente de diversas associações de classe. A carestia, durante todo o primeiro semestre, havia semeado uma profunda revolta nos meios operários, armando, em grande medida, os espíritos dos trabalhadores contra o governo. O início do segundo semestre daquele ano, marcava inversamente o fim da crença dos operários nas promessas feitas por políticos e empresários.

O custo de vida, associado aos baixos rendimentos salariais, muito mais que a pura ideologia, oportunizou uma mistura de revolta e êxtase revolucionários, levando as massas de trabalhadores a aderirem às premissas defendidas, há muito, pelos anarquistas dentro dos sindicatos. Fatos como o da morte do sapateiro anarquista José Iniguez Martinez, alvejado pela polícia durante um confronto nos primeiros dias de julho, vinham somar-se a um sem número de indignidades sofridas pelo povo. O fim trágico de Martinez, e a multidão de mais de 10 mil pessoas que acompanhou o seu féretro, no dia 11 daquele mês, serviram de prenúncio para as enormes manifestações que aconteceriam nos dias a seguir.

A greve geral acontecia com a utilização, por parte dos trabalhadores, de atos de sabotagem e boicote aos produtos das indústrias Crespi, Matarazzo e Gamba. Fábricas como a Antártica tiveram seus produtos confiscados pelos operários e inutilizados publicamente. A greve termina com alguns avanços para a classe operária paulistana. A implantação, em algumas fábricas, das 8 horas de jornada e aumentos salariais, figuraram na lista das vitórias do movimento. O governo, muito atemorizado com o movimento, em particular o prefeito Washington Luís, mais tarde presidente da República, não cessaria, ainda mais, de buscar a associação da figura do anarquista à do criminoso inimigo da ordem.

A greve, entretanto, ao contrário das conclusões de alguns trabalhos historiográficos, não foi fruto apenas da manifestação espontânea de trabalhadores desesperados. Para o sucesso da mesma muito colaborou a articulação de núcleos organizativos como o Comitê de Defesa Proletária, fundado logo no início do movimento, que sistematizou a política reivindicatória dos comitês operários de bairro¹⁴, e outros com características semelhantes. As negociações posteriores, com os patrões, e o envolvimento do governo, assim como a saliente figura de Edgard Leuenroth, comprovaram a importância das organizações dessa natureza em momentos de acirramento da luta operária contra o patronato.

No Rio de Janeiro, o ano de 1917, foi, também particularmente movimentado, com inúmeras greves, campanhas para o boicote de produtos, manifestações de rua e uma greve generalizada no mês de julho. No ano seguinte, a situação pioraria bastante: a “influenza espanhola” fazia centenas de vítimas, a carestia, como em todo o país,

aumentava o problema operário, já bastante sério, e o governo Venceslau Brás apresentava como principal interlocutor para o diálogo com os trabalhadores, o truculento chefe de polícia, Aurelino Leal.

Os sindicalistas anarquistas insistiam em reafirmar a importância das bandeiras das 8 horas de trabalho, de aumentos salariais e da luta contra a carestia. Preocupavam-se os libertários em oferecer aos operários objetivos bastante simples e, de certa maneira, comuns a todos para a unificação na luta. Prescindindo de uma retórica complexa, os anarquistas desejavam que os trabalhadores lutassem por questões concretas, o menos possível envoltas em fórmulas intelectuais abstratas ou pré-determinações teóricas. A ação direta assim o exigia, a atitude dos trabalhadores deveria partir, antes de tudo, de um convencimento da justiça de seus reclamos.

Assim, com a proscrição da Federação Operária do Rio de Janeiro, fechada pela polícia, em agosto de 1917, surgiria a União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (UGT). Esta União, uma tentativa clara de reagrupamento de sindicatos de resistência, contaria com a adesão imediata de 13 entidades classistas. Aurelino Leal, cumprindo com a praxe policial, iria perseguir os militantes da recém-fundada UGT.

Ainda no ano de 1918, em agosto, uma greve na Companhia Cantareira e Viação Fluminense, que operava na travessia de barcos na Baía de Guanabara, entre o Rio de Janeiro e a cidade de Niterói, assumiu contornos de insurreição. A radicalização do conflito ocasionou uma batalha campal entre os grevistas, apoiados por populares, e a polícia. O fato inusitado acabou por sensibilizar setores do exército em favor dos grevistas levando o 58º Batalhão de Caçadores a interferir na luta em favor dos grevistas.

Os acontecimentos favoreciam um paralelo com os acontecimentos recentes na Rússia. Os trabalhadores da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) iniciam também uma mobilização no sentido de radicalizar suas posições em relação aos patrões. A gripe espanhola criara, em outubro de 1918, um clima de caos na cidade. As autoridades, muitas delas, fogem para a região serrana de Petrópolis, tradicional refúgio da aristocracia carioca quando das grandes epidemias.

No Rio de Janeiro, em 15 de novembro, Delfim Moreira tomaria posse interinamente da presidência da República. O candidato eleito para o cargo, Rodrigues Alves, havia caído enfermo e o vice-presidente assumia a titularidade. A instabilidade política, associada à mobilização operária e à conjuntura internacional revolucionária indicava para os trabalhadores as condições favoráveis para uma greve insurrecional. No dia 18 de novembro, diversas fábricas do Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis e Magé, entraram em greve. Às 17 horas, o Campo de São Cristóvão estava tomado por centenas de trabalhadores. Os preparativos feitos por anarquistas para a tomada de prédios do governo e o estabelecimento de um Soviete no Rio de Janeiro, que se faria em articulação com a greve, acabaram não resultando por força da infiltração de um tenente do exército, em colaboração com a polícia, que denunciou militantes e forneceu os planos ao governo. Novamente, a repressão atingia os anarquistas, na sua quase totalidade brasileiros, o que contrariava a insistente pregação do chefe de polícia a respeito de uma conspiração de elementos estrangeiros.

A despeito das perseguições, o operariado continuaria mobilizado nas principais capitais brasileiras. No 1º de Maio de 1919, por todo o país, registraram-se manifestações em favor dos Sovietes russos e das revoluções em curso, na Hungria e Alemanha. Na Capital Federal, a aglomeração presente ao evento contou com cerca de 60 mil pessoas que, além de saudarem as referidas revoluções, organizaram paralisações para pressionar os patrões pela jornada de 8 horas. Na cidade de São Paulo, 5 dias depois, costureiras organizam um comício na rua Barão de Itapetininga, em solidariedade a 20 mil trabalhadores em greve, ato que sensibilizou outros setores como os tecelões, sapateiros, cervejeiros, metalúrgicos e a construção civil. Embora bem sucedidas - as greves arrancaram dos patrões as 8 horas, a semana de 6 dias e a igualdade de salários entre homens e mulheres - os grevistas presos não foram postos em liberdade pela polícia.

As constantes prisões e o crescimento das entidades operárias demonstravam para os anarquistas a necessidade da criação de organizações que pudessem, a partir de um prisma ideológico mais definido, agir em momentos de extrema gravidade. Assim como os trabalhadores haviam fundado o Comitê de Defesa Proletária na greve de 1917, e o Conselho Geral dos Operários para o resgate de presos grevistas, em 1919, os libertários criaram, em 1918, a Aliança Anarquista do Rio de Janeiro. A Aliança surgia como um órgão de união, entendimento e de aliança entre anarquistas, no sentido da propaganda e ação entre seus membros e no meio proletário. Esta iniciativa, como sua congênere, já aqui mencionada, de 1919, que se constituiu no Partido Comunista libertário, tinha como objetivo dar organicidade às ações dos libertários que pensavam não bastar unicamente a inserção sindical para se alcançar a Revolução Social.

Apesar das greves de 1917 e 1918 terem sido, em muitos aspectos, vitoriosas e alcançado muitos avanços para a classe trabalhadora, foi no ano de 1919 que as conquistas lograram maior efetividade em seus resultados. Neste aspecto, podemos afirmar que foi a União dos Operários em Construção Civil (UOCC), fundada em 1917, que, em maio daquele ano, garantiu pela primeira vez para toda a sua categoria o benefício definitivo da jornada de 8 horas.

Todos os avanços da classe operária, entretanto, despertaram nos governos e industriais a viva convicção da necessidade de controlar as entidades de classe, quer no reforço de uma política assistencialista, para os setores já predispostos a isso, ou na sistematização da repressão, para os renitentes revolucionários. No ano de 1921, o governo reeditaria a lei de combate aos anarquistas, o Decreto 4.247, que regulava a entrada de estrangeiros “nocivos à ordem pública” e previa a expulsão daqueles que, uma vez residentes no país, apresentassem as mesmas características. No ano seguinte, com a posse do presidente Arthur Bernardes, era então criada a Quarta Delegacia Auxiliar, com o objetivo específico de controle social e político de militantes anarquistas e desafetos do regime.

Em 1924, era a vez de São Paulo criar a sua delegacia específica para investigações da mesma natureza, reprimindo as greves e prendendo opositores ao sistema. Não demorou muito para que os órgãos de repressão do Rio e de São Paulo passassem a colaborar em ações concretas; tal integração ficaria patente em eventos como as deportações para a

Clevelândia, nos anos de 1924 a 1926, e na Batalha da Praça da Sé, em São Paulo, no ano de 1934. Este último episódio, inclusive, contou com a participação de policiais cariocas na fuzilaria que durou mais de 4 horas.

Apesar de todo esse quadro, entre marchas e contramarchas, o sindicalismo revolucionário entraria a década de 1920 com bastante prestígio, tendo-se em conta que, apesar do governo manter-se firme no “leme” da repressão, rudimentos de uma legislação trabalhista surgiram para tentar conter as vitórias dos revolucionários, provando, ao contrário da afirmação dos políticos em anos anteriores, a existência de uma “questão social” no Brasil.

A dinamite

A ação anarquista, no que se refere às atitudes adotadas pelos operários para a consecução de objetivos imediatos, obedeceu a distintas táticas em função dos diversos entendimentos, que tiveram os grupos operários, das resoluções congressuais. A ação direta, apontada em todos os três Congressos como método fundamental para a obtenção das transformações sociais desejadas, não encontrou entre os trabalhadores anarquistas uma única interpretação. Assim, como o boicote e a sabotagem, outras formas de ação direta foram adotadas, no interior do movimento sindical revolucionário, a partir de uma interpretação mais radical.

Nos primeiros anos do decênio de 1890, antes mesmo das organizações revolucionárias operárias, alguns anarquistas já optavam pela utilização de métodos de persuasão que, em alguma medida, ampliavam a legenda de violência política protagonizada por alguns libertários europeus. A “bomba”, dessa forma, utilizada para destruir o regime de iniquidade do capital, ajudava a construir o estereótipo insistentemente atribuído aos anarquistas de todas as partes do mundo. Mesmo a despeito das intenções mais generosas, a bomba e a dinamite acarretavam conseqüências de sentido duplo e contraditório: se por um lado, com os petardos explosivos os anarquistas pretendiam demonstrar que estavam dispostos a todos os sacrifícios pela Revolução Social, atraindo para suas fileiras os indivíduos mais ativos; por outro, tais procedimentos eram majoritariamente divulgados pela imprensa burguesa que, por um imperativo econômico, monopolizava a maior parte dos jornais e revistas, determinando para os acontecimentos as críticas mais severas e facciosas.

Com efeito, a ação anarquista foi, a partir da imprensa burguesa, no decorrer das primeiras décadas do século XX, e mesmo um pouco antes, marcada pelo estigma da violência irracional e sem propósito definido. A resistência ativa ou “propaganda pelo fato”, muito mais complexa que as explicações dadas pelos órgãos de repressão da época, contribuiu, também no Brasil, para a história da resistência operária ao avanço do capitalismo.

Dessa forma, no ano de 1892, aproveitando a comoção que envolveu a execução de Ravachol em Paris¹⁵, os jornais brasileiros faziam as previsíveis associações. Nesta ocasião, no Rio de Janeiro, eram presos trabalhadores “ardentes discípulos do feroz e sanguinário

Ravachol”¹⁶, quase todos imigrantes, alguns franceses outros espanhóis, e ainda um italiano, e associadas aos seus depoimentos palavras como: “dinamite”, “punhal” e “incêndio”¹⁷. No mesmo ano, outros acontecimentos semelhantes em todo o estado, colaboraram para a formação de júzos, preenchendo com novos elementos, os boletins de ocorrência da polícia, e preparando as condições para as primeiras leis de repressão ao anarquismo.

Em São Paulo, no ano de 1894, operários envolvidos na comemoração do 1º de Maio foram presos depois da explosão de duas bombas. No ano anterior, em 3 de agosto, o “Correio Paulistano” alertava para o perigo da entrada no país de estrangeiros anarquistas, misturados às levas de trabalhadores ordeiros. Na Capital Federal, em 1908, o jornal “Correio da Manhã” em artigo “A Época das Bombas”, referindo-se a atentados na Capital, afirmava que “A bomba foi elevada a um princípio de lógica”¹⁸, e, como complemento, fazia alusões às ações contra os chefes de Estado na Europa. No mesmo ano, confirmando os presságios apregoados pelas autoridades, a polícia anunciava um plano de anarquistas para dinamitar a esquadra americana fundeada na Baía de Guanabara. Em 1909, era a vez dos trabalhadores da União dos Operários de Gaz, acusados de utilizarem a dinamite para a destruição dos cabos de energia da *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power*, que abasteciam a cidade desde o Ribeirão das Lages. Os motins urbanos, como a revolta popular contra a obrigatoriedade da vacinação, de 1904, e o levante dos marinheiros contra os castigos corporais na Marinha, de 1910, ampliariam também o espectro das possibilidades insurrecionais vindas de baixo.

No ano de 1915, os padeiros, classe com longo estatuto de luta no Brasil, e que possuía, nos primeiros tempos de sua organização uma base significativa de escravos libertos, evidenciava-se nos confrontos. Os militantes mais aguerridos, e que vinham promovendo movimentos grevistas em função de diversas arbitrariedades, alertavam os proprietários de padarias para o engano ao pensarem que os padeiros ainda eram “submissos carneiros que os senhores estavam acostumados a tosquiar”¹⁹.

As longas jornadas de trabalho, os turnos irregulares e a natureza do próprio empresariado das padarias precipitaram uma onda de explosões noturnas em estabelecimentos do ramo. As madrugadas cariocas, nos meses de outubro e novembro de 1915, iluminaram-se sob o patrocínio de cargas de dinamite acomodadas nos fornos e balcões das padarias que adotavam os regimes mais injustos de trabalho. O padeiro Domingos Maia, referindo-se a ação radical dos trabalhadores, em artigo dirigido à polícia, afirmava com a audácia típica daqueles tempos: “É sabido que os operários que almejam vários melhoramentos no serviço de padaria jamais deixarão de agir, sem que os senhores proprietários resolvam pôr em prática um horário eqüitativo, de maneira a satisfazer as necessidades presentes”²⁰. Nos anos seguintes, além dos padeiros, outras categorias profissionais seriam identificadas com a “propaganda pelo fato”.

Em 1918, um ensaio “maximalista” protagonizado por anarquistas da Marinha Mercante, evidenciava-se a partir da explosão de cargas de dinamite na residência do ministro da marinha, almirante Alexandrino²¹. Em 1924, durante o levante tenentista, anarquistas sindicalistas e operários em geral misturaram-se aos grupos de insurretos e

protagonizaram ações envolvendo a dinamite. Entretanto, a utilização de explosivos não era consensual entre os libertários, alguns, inclusive, condenavam veementemente o uso da dinamite. A estes respondia um “jovem” anarquista em artigo no jornal da Federação Operária do Rio Grande do Sul, “O Sindicalista”, intitulado: “A Dinamite Arma dos Heróis”. Contra os “inibidores” das energias libertárias, bradava: “Alguns dos velhos militantes que se querem tornar responsáveis e quartel general do movimento anarquista é que são completamente inibicionistas, fazendo esforço de enfraquecer a ação dos jovens anarquistas, julgando-nos cegos que nos deixamos levar pelas mãos”²². No artigo, não faltaram referências aos feitos, na Argentina, de Simón Radowitzky²³ e Kurt Wilckens²⁴.

Mas, como testemunho da ausência de consenso no que se referia aos atentados à bomba, podemos evocar a opinião do importante anarquista carioca, Domingos Passos. Para este sindicalista, insuspeito nos meios operários por suas atitudes arrojadas, a violência não era a essência do anarquismo e, em um sentido mais amplo, era utilizada antes por agentes provocadores a soldo das polícias e governos. Passos, em 1927, para corroborar sua tese, afirmava ter conhecido um fabricante de bombas, amigo de policiais e totalmente insensível às necessidades do povo trabalhador. Assim, as opiniões sobre a utilização de explosivos não apenas eram diversas, mas, independente da faixa etária ou da conduta do militante, sensibilizavam peculiarmente os indivíduos anarquistas a despeito de seu grau de compromisso com a causa.

Para além do Rio de Janeiro e São Paulo

Embora as organizações anarquistas e sindicais tenham conseguido bastante visibilidade nas duas principais capitais da região Sudeste, estas não ficaram circunscritas exclusivamente a este limite geográfico. Em outras partes do Brasil podemos encontrar manifestações de significativas dimensões, tanto na expressão pública quanto na organização exclusivamente ideológica.

O caso do Rio Grande do Sul é bastante elucidativo de tal afirmação, tendo em vista ter este estado apresentado um vigoroso movimento operário e, em particular, anarquista. Em fins do século XIX, na cidade de Porto Alegre, além de outras como Pelotas e Rio Grande, a imprensa dava conta das primeiras organizações de caráter proletário. Ainda muito marcadas pela influência mutualista e posteriormente, socialista, estas manifestações nem sempre definiram claramente sua opção classista. Em 1887, um Congresso Operário formado por trabalhadores e proprietários de oficinas, criava a Liga Operária de Pelotas que desapareceria em 1893, em conseqüência da falta de unidade e da Revolução Federalista naquele ano. Na região de Rio Grande, uma União Operária, por volta de 1898, organizava greves, mantinha cooperativas, possuía uma escola e garantia montepios aos seus associados. Nessa mesma cidade circulava um semanário socialista, o “Echo Operário”, dirigido por Antônio Guedes Coutinho, além de outras iniciativas de semelhante natureza. Na cidade de Porto Alegre, ainda na década de 1890, havia sido inaugurada a Liga Operária

Internacional, que organizou o “Primeiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul”, em 1898.

Embora o socialismo fosse a tendência dominante nos primeiros anos da organização do operariado no estado, o anarquismo, foi, sem dúvida, a corrente ideológica mais radical na definição do perfil assumido nas primeiras décadas do século XX pelas associações de trabalhadores. O anarquismo havia chegado ao Rio Grande do Sul, ao que tudo indica, do Paraná, pela pregação de libertários egressos da Colônia Cecília e teria se expandido em colaboração com outras iniciativas de franceses e brasileiros entusiasmados com o novo ideário.

Segundo o linotipista Polidoro dos Santos, já no “Primeiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul”, um grupo aproximado de vinte anarquistas havia contribuído para a discussão das propostas e resoluções do encontro, apresentando inclusive uma tese sobre boicotagem e sabotagem. Como resultado concreto da interferência dos anarquistas no Congresso, formou-se o “Grupo de Estudos Sociais” que, entretanto, teve curta duração. Assim, no ano de 1899, após uma certa apatia, houve uma reaglutinação de libertários que, além de formarem o “Grupo de Homens Livres”, iniciaram após uma conjuntura de greves no estado, a publicação do jornal “A Luta”, que duraria até 1910.

O crescimento da influência dos anarquistas no campo de luta sindical acabou por permitir a ampliação de seus quadros militantes no interior da Liga Operária Internacional, antes controlada pelos socialistas. Tal situação contribuiria sobremaneira para a fundação, em 1906, no contexto da greve dos “21 dias”, da “Federação Operária do Rio Grande do Sul” (FORGS), de tendência sindicalista revolucionária. As greves do operariado gaúcho compreendiam setores variados da vida econômica do estado, de gráficos a metalúrgicos, passando pelas diversas profissões do terciário, as categorias pressionavam para as tomadas de posição dia-a-dia mais radicalizadas.

Com o crescimento do prestígio dos anarquistas foram iniciadas diversas experiências no campo pedagógico, literário e de agitação social. Polidoro dos Santos, Nino e Orlando Martins, Cecílio Villar, F. Kniestedt, Zenão de Almeida e outros, engrossavam as fileiras da Escola Moderna de Porto Alegre, da “Revista Liberal” e dos Comitês de Defesa Popular, criados durante as greves, a partir de 1916. Também no plano nacional, os sindicalistas anarquistas do Rio Grande do Sul lograriam se fazer representar no “Segundo Congresso Operário Brasileiro”, de 1913, no Rio de Janeiro, como o estado com maior número de entidades representadas.

Entretanto, até o fim da década os anarquistas gaúchos vre-se-iam em grandes dificuldades e, lutando contra o fracionamento interno da FORGS, acabariam por criar a União Geral dos Trabalhadores. Tal crise aconteceria no decorrer das greves generalizadas e parciais dos anos de 1916 a 1919. Ainda nos anos de 1920, os sindicalistas anarquistas conseguiriam influenciar vivamente o “Segundo Congresso Operário do Rio Grande do Sul”, em 1920, e o “Terceiro”, no ano de 1925.

Na fração mais setentrional da região Sul, no estado do Paraná, o anarquismo urbano colheu os frutos da diáspora ocorrida na Colônia Cecília. Alguns colonos foram para Curitiba e inseriram-se em setores do movimento operário, iniciando uma ação organizativa

importante; outros deram início a carreiras no âmbito do magistério ou ainda entregaram-se a atividades alheias aos propósitos militantes dos primeiros anos no Brasil.

No ano de 1899, Egizio Cini e Gigi Damiani, veteranos da Colônia Cecília, editavam o jornal anarquista *Il Diritto* em conformidade com algumas alterações que vinham ocorrendo nas bases de organização do operariado paranaense. Inicialmente muito centrado em organizações de caráter mutualista, como a *Società Italiana di Mutuo Soccorso Guiuseppe Garibaldi*, fundada em 1883, o modelo organizativo no Paraná passará a sofrer significativas mudanças.

Entre os anos de 1893 e 1917, foram publicados no Paraná cerca de 16 títulos de jornais anarquistas. Com assuntos que iam do anticlericalismo, questão feminina, ao puro proselitismo da proposta política libertária, os periódicos defendiam a necessidade da organização e a busca da Revolução Social. Embora nos primeiros tempos a propaganda tenha ficado muito a cargo de imigrantes italianos, tal situação altera-se com o avanço século a dentro. No ano de 1901, o jornal anarquista “Electra”, e depois dele “O Escalpello”, de 1908, “O Dever”, de 1912, e “A Revolta” e “A Terra Livre”, ambos de 1917, eram já dirigidos por uma maioria de militantes nacionais.

Em 1906, Gigi Damiani que publicava o jornal “O Despertar” desde 1904, comparecia ao “Primeiro Congresso Operário Brasileiro”, no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano uma grande greve de sapateiros irrompe em Curitiba e escandaliza a elite dominante. Um pouco antes, em 15 de abril, havia sido fundada a Federação Operária Paranaense, em 15 de abril, com base nas premissas sindicalistas revolucionárias defendidas no Congresso carioca. No dia 1º de maio, pela primeira vez na capital do estado, era comemorada publicamente a data magna do movimento operário organizado. Como resultado de todo esse movimento, em abril de 1907, foi convocado o “I Congresso Estadual Operário”, no qual estiveram presentes um número variado de tendências operárias.

Os resultados do Congresso foram insuficientes para a manutenção da estrutura da Federação Operária Paranaense, e, em 1908, esta encerra suas atividades lançando sobre o movimento operário um marasmo só interrompido por algumas greves esporádicas. Durante este período as negociações com os patrões, mediadas pela maçonaria, apontariam cada vez mais para a conciliação de classes. Somente em 1917, com a Greve Geral em Curitiba, é que os anarquistas lograriam retomar as atividades no plano público. A partir da iniciativa de uma fração do proletariado, a legitimidade dos negociadores passou a ser questionada, dando ensejo à uma onda de ações radicais. Organizados e utilizando até mesmo a dinamite, os operários, chegaram a impedir o abastecimento da cidade, derrubando postes telefônicos e controlando os acessos ao centro urbano. Apesar do movimento ter sido parcialmente vitorioso, muitos trabalhadores foram presos ou deportados.

Com o fim da Greve Geral de 1917, a repressão ao anarquismo no Paraná cresceria ainda mais. Mesmo as paralisações que aconteceriam em 1919, com alguma influência dos libertários, já não possuíam uma clara vinculação com as estratégias sindicalistas revolucionárias.

No estado de Santa Catarina, embora com registros mais esparsos, aconteceram algumas greves como a de 1907, dos operários que construíam a Estrada de Ferro

Blumenau-Harmonia e, posteriormente, a da Companhia Fluvial. Em 1920, uma grande paralisação de oito dias interromperia as atividades da Empresa Industrial Garcia, com repressão e deportação de trabalhadores, enviados para o Rio de Janeiro, acusados de anarquismo.

No Nordeste do Brasil os registros documentais nos dão notícias de focos esparsos de ação sindical anarquista. Mas, ao que tudo indica, quer por maior disponibilidade de fontes ou estudos publicados, os anarquistas parecem ter alcançado maior notoriedade política no estado de Pernambuco. Este estado apresentou no final do século XIX um movimento operário bastante ativo, principalmente das categorias profissionais ligadas direta ou indiretamente às atividades portuárias.

Tendo em vista ser o açúcar o principal produto de exportação da região, muito do que se organizou em termos de resistência operária gravitou em torno desse produto. Já, em 1812, trabalhadores portuários paralisavam as atividades em protesto contra as condições de trabalho. Ainda na década de noventa do mesmo século, era a vez dos tecelões da fábrica de Madalena. No início de 1902 até 1909, assistiu-se à uma seqüência de greves, sucessivamente protagonizadas por: portuários, estivadores e ferroviários.

Inspirando alguns movimentos grevistas estava um socialismo pouco claro em suas matrizes teóricas, situação que vai se alterando no princípio de 1902. Através do “Centro Protetor dos Operários”, criado em 1900, e, um ano após, com o auxílio do jornal “Aurora Social”, os socialistas passam a articular com maior precisão uma proposta para o operariado local. A via eleitoral, defendida no Segundo Congresso do Partido Socialista Brasileiro, em São Paulo, no ano de 1902, onde estiveram presentes delegados pernambucanos, passa a orientar os discursos dos socialistas, não apenas no estado, mas, por todo o Brasil.

O jornal socialista pernambucano “Aurora Social” tenta, para maior destaque do Partido Socialista Brasileiro (PSB), incluir em suas colunas os núcleos operários aderentes à proposta socialista nos estados da Paraíba, Alagoas e Bahia. Entretanto, o surgimento de um socialismo católico, com base na Encíclica Rerum Novarum, que culmina na realização de um Congresso Operário, em 1902, rivalizando com o partido, compromete o desempenho dos socialistas junto aos operários. A iniciativa, associada aos fracassos parlamentares do deputado socialista João Ezequiel, atinge significativamente o PSB pernambucano. A agremiação não pararia de declinar durante toda a década de 1910.

No Rio de Janeiro o “Segundo Congresso Operário Brasileiro”, em 1913, determina uma nova ofensiva do sindicalismo revolucionário por áreas com pouca influência dos anarquistas. O militante libertário José Elias é destacado pelo Congresso para levar ao Nordeste as decisões do referido encontro e procurar influenciar as associações da região no sentido do abandono das práticas parlamentares e reformistas. Em Pernambuco, alguns trabalhadores nacionais, e também espanhóis e portugueses, possuíam certa cultura libertária. O trabalho de José Elias seria facilitado por uma tímida, mas importante circulação de livros e escritos anarquistas.

A chegada de José Elias e a fundação da Federação de Resistência dos Trabalhadores Pernambucanos, no ano de 1914, que conta com a sua colaboração, marcam a decadência

ainda mais acentuada dos socialistas. As greves mais combativas no período seriam convocadas a partir da lógica da ação direta e do radicalismo revolucionário; alguns operários anarquista dispersos em outras capitais do Nordeste iniciam uma peregrinação que os levará a Recife, capital do estado. Ativistas como Antônio Bernardo Canellas, que chegando a Pernambuco, passa a dirigir um jornal anarquista de nome “Tribuna do Povo”, esforçam-se por criar tensão nas relações entre o operariado e os patrões na região.

Na conjuntura de greves de 1917 a 1919, todas sob a influência da Federação de Resistência dos Trabalhadores Pernambucanos, o divórcio entre trabalhadores organizados e os reformistas era anunciado pelo uso da dinamite. A radicalização do processo fez emergir lideranças como Pedro Lira, conhecido como “o dinamiteiro”, que atirava bananas de dinamite na polícia quando esta sitiava a sede de seu sindicato; e o estivador Nascimento Grande, “homenzarrão de dois metros”²⁵ e mais de cem quilos que, valendo-se de sua condição física incomum, arrancava os policiais de suas montarias e aplicava-lhes castigos físicos.

José Elias, portuário de profissão, acertara ao privilegiar a zona portuária para a ação sindical libertária. Parecia que, nos anos que se seguiam, a revolução social estava muito perto de acontecer no Recife. Em 1919, uma nova onda de greves vinha somar-se ao conturbado panorama político nacional onde, na capital pernambucana, os sindicalistas revolucionários conseguiam paralisar quase por completo toda a malha urbana. Nessa oportunidade, Joaquim Pimenta, advogado e professor da Faculdade de Direito, é convidado por Cristiano Cordeiro, ainda anarquista, para assessorar os grevistas nas questões jurídicas.

No mesmo ano, no Rio de Janeiro, acontecia a Conferência que criava o primeiro Partido Comunista, organizado por anarquistas, sem objetivos eleitorais. As associações operárias revolucionárias do Nordeste não ficaram alheias à convocação da Conferência, participaram do evento delegados anarquistas da Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Posteriormente, uma luta intestina na qual envolveram-se Joaquim Pimenta, Cristiano Cordeiro e Antônio Bernardo Canellas, iria fracionar o movimento operário revolucionário, causando um profundo cisma sem possibilidade de retorno.

No Ceará o anarquismo, como em outras partes do país, define sua prática política por força das ações sindicais. Nos primeiros anos do século XX já aparecem em Fortaleza alguns livros, na sua maioria importados da Europa, com os escritos clássicos de autores anarquistas. Com textos copiados dos livros da Faculdade de Direito por estudantes, entre eles Joaquim Pimenta, e brochuras vindas do Rio de Janeiro e São Paulo, o militante Moacir Caminha dá início à publicação do periódico “O Regenerador”, em 1908.

O jornal de Caminha não ostentava em seu cabeçalho a palavra anarquista, entretanto, a inspiração dos artigos vinha de Kropotkin e Gorki, contando o jornal com traduções de textos destes dois autores. “O Regenerador” era de certa forma a expressão gráfica das idéias do grupo formado por Caminha, o Clube Socialista Máximo Gorki, que contava em seu arsenal retórico com imagens da Revolução Francesa e do jacobinismo.

Com o passar dos anos a postura de Caminha tornar-se-ia cada vez mais clara, inclusive no seu distintivo como anarquista. Com o fim do “Clube Socialista Máximo Gorki”,

ele iria criar, com o concurso de outros militantes, o “Grupo Libertário de Estudos Sociais”, no ano de 1911, que tinha como objetivo fazer propaganda sistemática das idéias anarquistas no Ceará. Para concretização das tarefas assumidas pelo novo grupo surge uma “Agência Libertária de Estudos Sociais”, que irá promover uma intensa comunicação com os demais grupos anarquistas do Brasil e exterior.

O trabalho dos anarquistas ligados ao “Grupo Libertário de Estudos Sociais” permitiu que os cearenses tivessem assento no “Segundo Congresso Operário Brasileiro” e que as políticas do referido encontro fossem mais facilmente levadas ao Ceará. Também, através de Caminha, foram postas em curso experiências de Escolas Racionalistas e do estudo do esperanto.

Em meados dos anos de 1910, os libertários entram em choque com tendências clericais presentes no sindicalismo do estado. Tal situação amplia a necessidade de divulgação de textos de autores anti-clericais o que atrairia para o anarquismo uma fração da intelectualidade que tinha afinidades com esse discurso. Juntamente com o crescimento da inserção no sindicalismo os anarquistas criam, em 1920, o jornal “Voz do Graphico”, órgão da Associação Gráfica do Ceará. Em conformidade com a prática de relações orgânicas desenvolvidas, ainda na década anterior, os diretores do jornal mantiveram uma estreita relação com o periódico sindicalista anarquista “A Plebe”, de São Paulo.

Os militantes, organizados em torno da “Voz do Graphico”, estimularam palestras e eventos envolvendo diversos sindicatos. Categorias como a dos carroceiros, carpinteiros, ferroviários e outras, além é claro a dos próprios gráficos, beneficiaram-se do auxílio prestado pelo jornal classista libertário. No ano de 1920, Pedro Augusto Mota, uma das vítimas do desterro no Oiapoque, em 1924, em apoio ao esforço empreendido pelos anarquistas, fundou a “União Geral dos Trabalhadores”, iniciando suas atividades com 300 sócios. Posteriormente, com o surgimento da “Federação dos Trabalhadores do Ceará”, e a criação do jornal “O Combate”, em 1921, uma luta interna no setor revolucionário do movimento operário e a discussão sobre a via eleitoral suscitada pelos socialistas, além da conjuntura política nacional, passam a comprometer o desenvolvimento da ação anarquista nos sindicatos do Ceará.

No estado da Bahia, as idéias sociais se estabeleceram de forma análoga a outras regiões da federação. Após um período de ação socialista, com ênfase nas organizações de trabalhadores do tipo mutualista, e a criação do Centro Operário da Bahia, filiado a “Segunda Internacional”, a influência dos social-democratas tendeu ao declínio. No ano de 1908, com a fundação da Federação Operária da Bahia, e seu periódico, sintomaticamente chamado, “A Voz do Trabalhador”, a influência anarquista tornava-se inequívoca.

Uma série de jornais, como “Germinal”, editado por Agripino Nazareth, e greves importantes denunciam a presença das premissas defendidas nos congressos operários sob a égide do sindicalismo revolucionário. Em 1919, uma grande greve geral ampliava a base social dos sindicatos libertários e os militantes aproveitavam o influxo para a convocação de um “Primeiro Congresso dos Trabalhadores Bahianos”, convocado para Salvador, capital do estado, com o comparecimento de diversas associações locais. Ao que tudo indica, também

na Bahia, colaboraram para a destruição do modelo sindical revolucionário as crises internas e a conjuntura política nacional amplamente desfavorável.

No estado de Alagoas, nos primeiros anos do século XX, a exemplo de outras partes do país, a influência socialista foi marcante, sendo, posteriormente, posta à prova pelas primeiras incursões de anarquistas. Elysio de Carvalho, o polêmico anarquista individualista, tomou em Maceió suas primeiras lições do pensamento libertário, indo posteriormente para a Capital Federal onde deu início, em colaboração com o médico e anarquista baiano Fábio Luz, a Universidade Popular, em 1904²⁶. No “Primeiro Congresso Operário Brasileiro”, em 1906, a “União Operária Alagoana” se fez representar, tendo aderido a COB em 1908. No dia 1º de maio de 1913, foi organizada pelos sindicatos dos gráficos, sapateiros, alfaiates e marceneiros a “Federação Operária Alagoana” (FOA)²⁷, que em agosto do mesmo ano proporcionou o surgimento do Sindicato dos Estivadores. A FOA e todas as suas aderentes estiveram representadas no “Segundo Congresso Operário Brasileiro”, sendo que em sua sessão de abertura, o delegado da FOA, o gráfico Virgínio de Campos, junto a José Elias da Silva, secretariou Edgard Leuenroth na condução dos debates²⁸. No início de novembro desse ano, estouraram em Cachoeira e Rio Largo greves de operários tecelões, que se estenderam até meados do mês seguinte. Em fevereiro de 1914, o Sindicato Operário de Cachoeira, já aderido a FOA, indica o tecelão Albino Moreira, do Centro dos Operários do Jardim Botânico, como seu delegado junto a COB²⁹. Em 1915, surgem na capital do estado, Maceió, os jornais operários “O Debate”, “O Rebate” e “A Semana Social”, este último dirigido por Antônio Bernardo Canellas a partir de 1917, até este se radicar no Recife³⁰. No Congresso Internacional da Paz do Rio de Janeiro, a FOA foi representada por Luiz de França. Após um período de crise no final da década de 10, funda-se em agosto de 1920 a “Federação Operária de Alagoas”, que teve como seu órgão o jornal “O Escravo”.

No estado da Paraíba, em fins da década de 1910, o Sindicato Geral do Trabalho, já possuía membros libertários. Embora o estado possuísse baixa densidade de população operária, o senso de 1920 registrava pouco mais de 3.000 proletários, algumas iniciativas foram levadas a frente por uma minoria determinada. Nos anos anteriores ao referido senso, portanto, na conjuntura de 1917-1920, os trabalhadores paraibanos realizaram cerca de dezesseis greves, principalmente em 1917. Estiveram também presentes os anarquistas deste estado na fundação do Partido Comunista, ainda o de feição libertária, no Rio de Janeiro, em 1919.

Nas demais unidades federais do Nordeste podem ser encontrados registros de alguma atuação anarquista, entretanto, nestes lugares, a influência de um sindicalismo inspirado no credo católico ou no reformismo socialistas acabou por contribuir para a ocultação das atividades desenvolvidas pelos sindicalistas revolucionários.

Na região Norte do Brasil o fenômeno do anarquismo pode ser associado ao surto de extração da borracha. O látex, utilizado como principal matéria-prima em muitos artigos manufaturados, em fins do século XIX e início do XX, era largamente empregado pelas indústrias da Europa e EUA. Tal condição do produto, frente ao mercado externo, acabou por transformar os principais portos de escoamento, Manaus e Belém em áreas de intenso comércio e entrada e saída de vapores para várias partes do globo. Empresas como a *Red*

Cross, Booth-Line, Mouraille, Andersen e Ligure Braziliãna, estreitavam as distâncias, através de seus paquetes, em carreiras entre a região Norte brasileira e os portos de Nova York, Liverpool, Londres, Antuérpia, Lisboa, Hamburgo etc.

Também no Norte parecem ter chegado com mais força, nos primeiros tempos, os socialistas - situação que não resistiria ao fim da primeira década do novecentos. Jornais como “Tribuna Operária”, editado ainda em 1893, e “O Socialista”, de 1906, caracterizaram-se como débeis tentativas de uma primeira organização socialdemocrata.

Entretanto, em 1901, um jornal bilíngüe, em português e italiano, publicava em Belém, a opinião de um grupo de anarquistas sobre a condenação de Gaetano Bresci, autor do regicídio, que abreviou a existência do Rei Humberto da Itália, em Monza, no ano de 1900. Tal periódico, embora de efêmera existência, anunciava os primeiros passos dos anarquistas na imprensa regional e opunha-se a um certo nativismo cultivado, nem sempre discretamente, pelos grupos socialistas nos estados do Pará e Amazonas.

Em paralelo ao crescimento do operariado nortista, e do surgimento dos primeiros grupos libertários, alguns “Partidos Operários” aparecem, a partir de uma curiosa simbiose de idéias, e reúnem em seus ideários princípios socialistas, jacobinos e nacionalistas. Ancoradas em um difuso republicanismo algumas correntes de representação do operariado, a partir de um viés socialista, apresentavam programas com o propósito de rivalizar os trabalhadores nacionais, maioria na região, com os estrangeiros.

Dessa forma, o anarquismo cresceria despertando as antipatias, e, em franca oposição, aos grupos socialistas. Já em 1913, a “União dos Operários Sapateiros” do Pará, que possuía relações com uma associação similar em Manaus, fazia-se representar no “Segundo Congresso Operário Brasileiro”, enviando dois delegados para o Rio de Janeiro. No ano seguinte, a “União Geral dos Trabalhadores” (UGT) que congregava sete sindicatos, cujas sedes estavam reunidas na Rua Lauro Sodré, 173, iniciava suas atividades. O crescimento das associações de resistência logo provocaria a reação das autoridades. Na greve dos carroceiros, no princípio de junho de 1914, foi desencadeada pelo governo estadual uma feroz repressão, com inúmeras prisões, cargas de cavalaria sobre a massa operária e a invasão e depredação da sede da UGT. No dia 25 de junho, é deflagrada uma greve da construção civil, cujo resultado mais dramático foi a deportação do país, sem qualquer julgamento, de diversos sindicalistas de origem portuguesa e do sapateiro galego Antonino Domínguez.

No ano de 1919, aparecia na capital do estado do Pará, a cidade de Belém, o hebdomadário “O Semeador”, segundo seu cabeçalho, um órgão sindicalista; no seu primeiro número trazia notícias de cerca de dez associações de classe e uma orientação claramente sindicalista revolucionária³¹. No dia 10 de maio de 1919, “O Semeador”, ostentava a seguinte frase de João Plácido de Albuquerque em sua coluna central: “Aonde rege a Anarquia, a felicidade impera, o amor governa, e a harmonia habita” e no mesmo número, uma cobertura detalhada da repressão dos anarquistas no Rio de Janeiro, dava conta dos reflexos da insurreição de 18 de novembro do ano anterior. Em outros números “O Semeador” busca estabelecer laços com os trabalhadores portugueses³², de resto tão

perseguidos pelos jacobinos, e com os operários da capital do estado do Amazonas, a cidade de Manaus³³.

Foi também por esta época, em 1919, que o escritor português Ferreira de Castro regressou de Belém para seu país natal. Tendo chegado ao Brasil em 1911, embrenhado-se na selva dos seringais, o anarquista Ferreira de Castro ganhou notoriedade pelos romances sociais que escreveu, com base em suas experiências no norte do Brasil³⁴. Assim como Marques da Costa, militante anarquista português da Construção Civil, Ferreira de Castro iria colaborar em jornais brasileiros e boletins voltados para a comunidade portuguesa no Pará. Seus livros “A Selva” e “Emigrante”, claramente autobiográficos, deixam transparecer muito de seus princípios libertários. Em Portugal, o escritor iria colaborar em várias oportunidades com os periódicos anarquistas.

Em 1920, a Federação das Classes Trabalhadoras do Pará, lança no 1º de Maio o seu órgão de imprensa, “A Voz do Trabalhador”. Não por coincidência o referido boletim recebia o mesmo nome do antigo jornal da “Confederação Operária Brasileira” de tendência sindicalista revolucionária. Já no seu terceiro número, “A Voz do Trabalhador” trazia artigos de Marques da Costa, críticas ao jacobinismo e propagandas de outros periódicos como a “Voz do Povo”, do Rio de Janeiro³⁵.

Em Manaus, onde o porto criava as condições para sucessivas greves, no ano de 1914, outras categorias assumiam iniciativa semelhante. Neste período, os gráficos e os funcionários da limpeza pública paralisaram suas atividades; alguns sindicatos procuravam elaborar seus estatutos, como foi o caso da Federação Marítima³⁶, e os anarquistas ampliavam suas bases de ação sindical. A “Sociedade das Artes Gráficas”, através do operário Rozendo dos Santos, havia participado do “Segundo Congresso Operário Brasileiro” uma ano antes, e firmava em Manaus os pressupostos do sindicalismo anarquista. Algumas iniciativas bem sucedidas no sentido de organizar determinadas classes de trabalhadores faziam crer que a influência dos reformistas tendia ao declínio, em contraste com as propostas mais radicais.

Ainda, em 1914, os anarquistas planejavam a criação da “Federação do Trabalho no Amazonas”, que nasceria filiada a COB. Foi também nesse ano, muito provavelmente como reflexo da participação dos gráficos no “Segundo Congresso Operário”, que veio a lume o jornal “A Lucta Social”, dirigido pelo anarquista português, Tércio Miranda. No seu primeiro número o “orgam operario-livre”, além da coluna, assinada por Savério Merlino, intitulada “Lucta de Classes”, trazia um grande artigo do espanhol José Prat no qual este afirmava: “Podemos dizer a verdade nós próprios? Se podemos dizê-la, seja-me permitido afirmar que: *a única forma heróica da ciência e da vida moderna é o anarquismo*”³⁷.

Ao que tudo indica “A Lucta Social” tinha como tarefa não apenas a organização dos trabalhadores sob bases revolucionárias, mas, como nos jornais anarquistas mais conseqüentes no campo doutrinário, alertava os trabalhadores do Amazonas para uma questão fundamental que transcendia a simples reivindicação salarial: “É com o movimento de classe, com o nome significativo de Sindicalismo, que o operariado se tem mancomunado na conquista do melhor salário e de menos horas de trabalho (...) o operário ou trabalhador de Manaus não deve ficar alheio ao movimento mundial que se ergue a olhos vistos,

formando forte base, com alicerces seguros”³⁸. Dessa forma o grupo editorial do jornal via na luta de classes, e no próprio sindicalismo, uma estratégia comum em todo o mundo para se atingir a Revolução Social.

Embora o estado de Minas Gerais esteja, na divisão política da federação, incluído na região Sudeste, este não encontra na historiografia relativa ao anarquismo e sindicalismo atenção igual à dispensada às outras duas unidades federativas do Rio de Janeiro e São Paulo. O movimento operário anarquista em Minas Gerais, embora menos expressivo que no restante da referida região, ainda assim possui uma história bastante importante.

Entre os militantes anarquistas mineiros o nome de Avelino Fóscolo se destaca por diversos fatores, melhor explicados elencando-se suas atividades até a sua morte na década de 1940. Fóscolo, amante da boa literatura portuguesa e francesa, foi admirador e epígono de nomes como Zola, Eça de Queirós e Guerra Junqueiro. Na sua juventude, como Fábio Luz, Curvelo de Mendonça, Benjamim Mota e Edgard Leuenroth, havia passado pelo ativismo republicano e mudara de posição tão logo iniciou suas primeiras leituras do anarquismo. Os jornais vindos do Rio de Janeiro e São Paulo foram muito importantes e, em especial “A Lanterna” e “O Livre Pensador”, despertaram nele o desejo de iniciar um empreendimento semelhante em Minas Gerais.

Em 1906, Fóscolo funda o jornal “A Nova Era” e, posteriormente, inicia uma carreira de romancista a partir da confecção de obras inspiradas no “naturalismo” de Zola, como: “O Caboclo”, “O Mestiço”, “A Capital”, “O Jubileu” e “Vulcões”. Escreve também uma obra, até há pouco tempo inédita, intitulada “Morro Velho” que, a exemplo de Zola, procura retratar o cotidiano de famílias que vivem do trabalho em uma mina inglesa na cidade de Nova Lima. Em Taboleiro Grande, onde vivia, passou a organizar mutirões de construção de teatros e outras iniciativas correlatas, chegou mesmo a escrever diversas peças teatrais com o fito de educar pela arte. Fóscolo não abandonou sua militância até sua morte, apesar de alguns momentos de impasses interiores, manteve-se no campo libertário.

Em um sentido mais amplo podemos afirmar que o movimento associativo mineiro, já em 1906, fazia-se representar no “Primeiro Congresso Operário Brasileiro” com a presença de duas entidades, uma associação e um sindicato de, respectivamente, Nova Lima e Juiz de Fora; assim como no “Segundo” e “Terceiro” Congressos, o número de entidades variou em comparecimento, mas Minas sempre enviou representantes.

A participação de associações originárias da cidade de Juiz de Fora, a “Manchester Brasileira”, assim apelidada por uma relativa concentração de indústrias, era de relevo no contexto das organizações operárias no país. Já desde o início do século XX, em Juiz de Fora, haviam aparecido o Centro das Classes Operárias, que publicava o jornal “Progresso Operário”; após o desaparecimento deste, surgiria a União Operária, presente no “Segundo Congresso” da COB e a Sociedade Beneficente Operária de Juiz de Fora, entidade que, embora estatutariamente estivesse vinculada ao reformismo, tinha, entre seus sócios, alguns anarquistas.

No início do ano de 1920, uma grande greve paralisou a cidade de Juiz de Fora. A Sociedade Beneficente Operária, que em um primeiro momento parecia não engrossar o movimento, mas que acabou por prestar sua concordância pressionada pela base. Essa

onda grevista, em muitos aspectos vitoriosa, evidenciou ainda mais as contradições estruturais da Sociedade Beneficente e apontou para a criação de um organismo federativo, que viria a ser a Federação Operária Mineira, em 4 de janeiro de 1920. A nova Federação, em que pesem as circunstâncias de sua criação, a partir das bases radicalizadas, não nascia sob o signo do sindicalismo revolucionário mas, a despeito de diretorias reformistas, contou com a militância e energia de muitos libertários, até a sua extinção em 1924. A Federação, como demonstração da heterogeneidade de sua conformação, organizou palestras tendo por conferencistas os anarquistas José Oiticica, Edgard Leuenroth, Domingos Passos, José Elias e Otávio Brandão.

Para demonstrar o estreitamento das relações entre membros da Federação e sindicalistas cariocas, somando-se a isso a proximidade entre Juiz de Fora e o Rio de Janeiro, sabe-se que José Marcílio, membro da referida entidade, passava largos períodos na Capital Federal, em colóquios políticos com José Oiticica, Everardo Dias, José Elias, Luís Peres e Antônio B. Canellas. Sendo igualmente de conhecimento que muitos anarquistas e comunistas cariocas, por afinidade e contatos, utilizavam a cidade da Zona da Mata como refúgio para evitarem maiores privações impostas pelos chefes de polícia do Rio de Janeiro.

Assim, um ciclo de greves que se iniciava no ano de 1924, a exemplo do que havia sucedido com a antiga Sociedade Beneficente Operária, colocava em evidências as fragilidades e o distanciamento entre as bases e a direção da Federação. Tal situação faria com que a Federação definhasse até sua completa desaparecimento no mesmo ano. No ano de 1927 surgiria então a União Operária como um amálgama das tendências anarquista e comunista; de um lado os anarquistas mantinham seus tradicionais princípios de luta no campo da ação direta: greves, boicotes, sabotagens e, por outro, os comunistas seguiam as propostas, determinadas pela Terceira Internacional, de unidade sindical e filiação do operariado ao Partido Comunista.

A luta por um movimento operário revolucionário, que reuniu na União Operária comunistas e anarquistas, entretanto, não foi capaz de unificar as estratégias de luta. Os comunistas, para a fragilização de seus adversários internos, relegavam para o segundo plano a greve como forma de pressão. Segundo o comunista Geraldino Natividade: “O Partido não estava interessado em organizar greves, indo com calma, para não sacrificar a massa”³⁹. Tal atitude ampliou os desgastes com os anarquistas que viam nas formas de enfrentamento diretas em geral e, em particular, na greve, eficientes táticas para por em marcha a Revolução Social.

Entretanto, ao menos nos primeiros anos, a União, que parecia conter em seus estatutos toda a experiência acumulada pelos anarquistas no campo sindical, obteve relativo sucesso nas demandas que defendeu e nos confrontos que protagonizou com os empresários locais. A verdadeira crise viria com a edificação do Estado corporativo e a instituição do Ministério de Trabalho e posteriormente a instituição da ditadura do Estado Novo em 1937.

Escola, teatro e cultura proletária

As expressões culturais operárias estiveram estreitamente relacionadas com as propostas de emancipação social e intelectual defendidas pelos anarquistas. Se não é inteiramente verdade que toda e qualquer iniciativa cultural e pedagógica encetada por operários fosse encabeçada por libertários, não é menos verdadeira a afirmação de que as mais conseqüentes e revolucionárias tinham a colaboração direta destes ou mesmo a inspiração em seus principais teóricos. Para os anarquistas, a arte engajada e a educação para a consciência de classe eram tão importantes quanto à luta concreta vivenciada nas sedes sindicais e nos confrontos de rua com a polícia. Na verdade, as dimensões de militância possuíam fronteiras puramente formais, constantemente ignoradas pela natural e inevitável comunicabilidade entre o mundo do trabalho e do conhecimento.

Dessa forma, as primeiras escolas libertárias surgiam para atender as necessidades de trabalhadores e desenvolver neles, através da ilustração, a base teórica para o complemento da sua natural revolta de classe. No ano de 1902, o Círculo Educativo Libertário Germinal, anunciava a abertura da Escola Racionalista Libertária. A notícia vinha pelo jornal anarquista "O Amigo do Povo", que tinha à sua frente Neno Vasco, Gigi Damiani, Benjamim Mota e outros, e era incansável na tarefa de promover as idéias de Paul Robin, sobre a Educação Integral, e de Francisco Ferrer y Guardia, sobre a Educação Racionalista.

Com o fuzilamento do catalão Ferrer, acusado de mentor de uma greve insurrecional pelo governo espanhol no ano de 1909, uma Comissão Pró-Escola Moderna acabou por se formar em São Paulo. Muitos militantes como Oresti Ristori, Neno Vasco, Edgar Leuenroth e Gigi Damiani, engajaram-se na causa pedagógica libertária. No Rio de Janeiro, no bairro de Vila Isabel, operários fundariam, em 1908, a Escola 1º de Maio, refundada por Pedro Matera, em 1913; a Escola Operária 1º de Maio, em Olaria, no ano de 1919; a Escola Nova, em 1920 e as Escolas Profissionais, fundadas pela UOFT, também em 1920, todas inspiradas nos princípios de Ferrer y Guardia. Dessa forma, o fenômeno pedagógico racionalista iria se espalhar pelos grandes centros onde houvesse organizações operárias revolucionárias.

De forma geral, a maioria das referidas escolas eram mantidas pelos operários e o regime de disciplinas obedecia a prioridades estabelecidas para se alcançar a independência de espírito e capacidade de organização individual e coletiva. A experiência escolar, como afirmamos, não se fazia estanque ao mundo do trabalho e das lutas; militantes como Florentino de Carvalho, fundador de escolas nos bairros operários do Braz e da Mooca, em 1912, muito bem representam essa simbiose entre o ideal animado pela luta de classes e a criação de instituições pedagógicas autogeridas.

Na mesma linha das Escolas Modernas estavam os Centros de Estudos Sociais, destinados à difusão de palestras e do ensino compartilhado entre os sócios. Tais Centros eram mais simples de serem implantados que as Escolas Modernas, bastando para isso à locação ou cessão de uma sala e a contratação ou convite de um palestrante. Uma das primeiras Universidades Populares de Ensino Livre, fundada em 1904, no Rio de Janeiro possuía esse caráter.

Associados às iniciativas educacionais e sindicatos, estavam os grupos de teatro. Muito numerosos à época, chegaram mesmo a profissionalizar alguns atores operários, ou filhos

destes, que organizariam as primeiras entidades representativas da classe artística no Brasil. As peças, como tudo mais, possuíam argumentos de conteúdo social, capacitando as companhias teatrais para o exercício da conscientização e educação das platéias, invariavelmente constituídas por operários. Além disso, a qualidade das interpretações e as relações de afinidade construídas em torno das apresentações, entre os próprios atores, e, entre eles e seu público, possibilitavam uma coesão muito além da mera intenção política. Estes vínculos ensejavam não apenas a possibilidade de parcerias ainda mais ousadas, mas garantiam um público pagante mínimo, para sustentar as atividades cênicas e o auxílio pecuniário às entidades de classe.

No Brasil, dos primeiros anos do século XX, dezenas de grupos teatrais formaram-se com o mesmo intuito; qual seja, o de levar às platéias operárias, de forma lúdica, questões significativas de seus cotidianos, dramatizadas por atores engajados. Peças como *Primo Maggio*, de Pietro Gori; “O Pecado de Simonia” e “A Greve dos Inquilinos”, de Neno Vasco; “Avatar”, de Marcelo Gama e outras foram encenadas à exaustão para diversas platéias, em momentos distintos. No Rio de Janeiro e São Paulo, as sedes dos sindicatos improvisavam ribaltas e apresentavam em tabladados, não menos precários, os números teatrais em datas importantes, ou simplesmente para o entretenimento dos associados. Efetivamente tudo parecia girar em torno da classe operária que, se para muitos anarquistas, era a única a trazer em sua origem a verve revolucionária, carecia do exercício de seu auto-conhecimento para a efetivação de seus sonhos.

O envolvimento de intelectuais com o movimento operário foi significativo, também no Brasil. Quer pela via do “naturalismo” no qual podemos enquadrar escritores como Elycio de Carvalho, Fábio Luz, Curvelo de Mendonça e Avelino Fóscolo, ou pelos de difícil caracterização, destacando-se o boêmio Lima Barreto. A temática principal destes romancistas sociais era a questão social, exposta em todos os seus aspectos, variedades, formas e estilos. Outro tipo de intelectual, talvez menos prolífero nas artes, era aquele que, como Neno Vasco e José Oiticica, buscava interferir em tudo um pouco, para prestar sua colaboração muitas vezes em prejuízo de sua carreira profissional. Neno Vasco, por exemplo, comprou uma enorme briga com os intelectuais da Academia Brasileira de Letras, para tentar adaptar a gramática portuguesa ao linguajar do operariado.

Os jornais anarquistas e operários⁴⁰, muitos deles escritos com as novas regras, a revelia da norma culta, revelavam uma profunda preocupação com a ampliação do acesso do trabalhador aos meios de comunicação de sua classe. Queriam, muitos dos intelectuais que interagiam com os operários-escritores, a participação dos demais produtores não apenas na leitura dos periódicos, mas na confecção de artigos e colunas daqueles veículos. Até mesmo a rígida norma acadêmica deveria curvar-se, na perspectiva destes intelectuais engajados, às necessidades da classe revolucionária. Dessa forma, as centenas de jornais classistas que circularam pelo país não eram apenas veículos unilaterais de informação; eles suscitavam, quer na reforma ortográfica, para benefício do operário, quer nas mensagens instando à organização e à luta, a mobilização e a integração do trabalhador à causa de sua emancipação.

A luta operária e o anarquismo nos anos de 1920 e 1930

Os primeiros anos da década de 1920, para o operariado organizado foram bastante importantes. As conquistas trabalhistas verificadas no final da década anterior e a forte polarização entre o governo e setores radicalizados da classe trabalhadora, verificada nas greves e na repressão ainda mais violenta aos militantes, operaram algumas transformações no interior do próprio núcleo sindical revolucionário. A política de repressão; a nova lei que especificava no seu título a expulsão de anarquistas, em 1921; a criação de uma delegacia para tratar dos crimes políticos, e mesmo, o triunfo da Revolução Russa na sua versão “bolchevista”, foram fatos de fundamental significado para as transformações que se verificarão no decorrer deste período.

No plano político-institucional, o Estado brasileiro passava por algumas transformações de consideráveis dimensões. Os levantes das camadas médias da hierarquia militar, os chamados “tenentes”, que tiveram seu *début* no 5 de julho de 1922, na rebelião do Forte de Copacabana, associados ao descontentamento crescentes de significativa parcela da sociedade civil brasileira, aumentaram a preocupação do governo com a segurança e a garantia do “Estado de Direito”. Aos movimentos de trabalhadores, já suficientes para preencher a agenda de segurança, vinham somar-se os militares amotinados e a população urbana insatisfeita. O presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) havia enfrentado a primeira grande manifestação “tenentista”, cabia a Arthur Bernardes (1922-1926), seu sucessor, garantir mais um quadriênio de “paz institucional”.

Embora a política de valorização do principal produto de exportação, o café, tenha sido bem sucedida no ano de 1924, e Bernardes contasse com certo apoio dos segmentos cafeeiros, os episódios que envolveram sua assunção ao cargo, e mesmo a crise política que herdara do governo anterior, o perseguiram. Uma grande fenda havia sido aberta na, aparentemente, monolítica política de acordos entre as oligarquias, e a “Reação Republicana”, encabeçada no Rio de Janeiro por políticos de oposição, além das revoltas militares, eram a parte mais visível dessa crise.

Os dois grandes centros urbanos, Rio de Janeiro e São Paulo, no início dos anos de 1920, contavam juntos com mais de 1.736.966 habitantes. Na Capital Federal, estavam 1.157.873, do total referido. As greves continuavam e a crescente repressão havia logrado fechar algumas sedes de sindicatos importantes. No ano de 1920, os anarquistas, tendo a frente Carlos Dias, conseguiram fundar a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ), que vinha suprir as lacunas deixadas pela FORJ e UGT, quando de seus encerramentos pela polícia, respectivamente, em 1917 e 1918. A FTRJ chegou mesmo a editar um jornal, “A Voz do Povo”, com tiragem diária. Entretanto, dentro da FTRJ, um fenômeno ideológico, típico daquele tempo, iria ter lugar.

Com a fundação do Partido Comunista do Brasil em março de 1922 por 9 delegados, quase todos ex-anarquistas, alguns militantes que encontravam-se nas fileiras libertárias, aderiram aos postulados políticos “bolchevistas”. Muitos destes novos postulantes passaram então a alterar significativamente a conduta dos sindicatos, sob sua influência, em relação à

Federação. Tal situação, acrescida de problemas conjunturais, levou a FTRJ a apresentar sérios problemas de funcionamento. Assim, em 1923, os secretários da Federação já convocavam uma assembléia para sugerir a dissolução ou revigoração da entidade.

No mesmo ano, após a FTRJ ter passado à esfera de influência dos comunistas, os anarquistas, efetivamente, iriam entrincheirar-se na FORJ passando, a partir da *Seção Trabalhista* do jornal “A Pátria”, organizada pelo carpinteiro e jornalista português José Marques da Costa, a combater, igualmente, comunistas e cooperativistas. Estes últimos, tendo à frente Sarandy Raposo, haviam galgado postos avançados no governo de Arthur Bernardes, e associavam-se aos comunistas em uma “frente” sindical, aos olhos dos anarquistas, muito prejudicial à ação dos sindicatos de resistência. Os comunistas, em retribuição ao espaço que obtiveram para seus artigos na seção operária do jornal governista “O País”, e da impressão nas gráficas deste mesmo jornal, do periódico de seu Partido, “A Classe Operária”, franqueavam espaços e tribunas das associações, sob sua influência, ao líder cooperativista Sarandy Raposo.

Apesar das circunstâncias e da luta simultânea contra comunistas e cooperativistas, a FORJ, que tinha sido refundada em agosto de 1923, com a adesão de seis sindicatos, - construção civil, sapateiros, gastronômicos, tanoeiros, carpinteiros navais e Sindicato de Ofícios Vários de Marechal Hermes - em maio de 1924, havia ampliado consideravelmente suas bases. Para a Federação, sob a influência do sindicalismo revolucionário, haviam entrado mais cinco entidades de classe: a dos operários em pedreiras, muito temida pela polícia em função do uso, que faziam seus sócios, de explosivos, metalúrgicos, fundidores, ferradores e ladrilheiros.

Em paralelo a estes fatos, o governo apesar de instituir um clima de terror, através de sucessivos decretos de estado de sítio, criava o Conselho Nacional do Trabalho (CNT) para tratar de assuntos pertinentes à esfera laboral. O CNT era sucedâneo do Departamento Nacional do Trabalho, projeto apresentado ao Congresso Nacional em 1917 por Maurício de Lacerda, e jamais efetivado por falta de regulamentação. O ano de 1923 não apenas dava ensejo à criação do CNT, em abril, como havia testemunhado a promulgação da “Lei Eloy Chaves”, em janeiro, que legislava sobre a caixa de aposentadoria dos trabalhadores ferroviários. Dessa forma o governo, ainda que sem consenso interno, buscava minorar os desgastes políticos das últimas medidas discricionárias.

Com o crescimento do movimento de oposição a Bernardes, mesmo no campo institucional, a expressão operária não vinculada aos projetos oficiais passaria a ser encarada como um problema ainda mais preocupante. Agora, quando se esboçava a estrutura de uma legislação trabalhista, a recusa de um enquadramento era, para o governo, demonstração completa de insubordinação. Nesse contexto, a luta entre as tendências revolucionárias do sindicalismo ganharia cores ainda mais fortes. A aproximação dos comunistas, até outro dia libertários, dos cooperativistas e a “insidiosa”, segundo os anarquistas, troca de apoio entre Astrojildo Pereira (comunista e ex-anarquista) e Sarandy Raposo (cooperativista), enchia as fileiras sindicalistas revolucionárias de indignação. As relações pioravam dia-a-dia no campo revolucionário cindido pelos acontecimentos.

Com a eclosão do segundo levante militar, em 5 de julho, no ano de 1924, na cidade de São Paulo, os “tenentes” passariam a figurar como atores principais na trama que se antagonizava ao governo. Entretanto, a despeito desse evento, que era um fenômeno típico de caserna e que deveria afetar preferencialmente militares, a repressão atingiu vigorosamente as organizações operárias revolucionárias. Tanto anarquistas quanto comunistas foram perseguidos, presos e tiveram algumas de suas associações encerradas pela polícia.

O professor José Oiticica foi detido, no próprio dia 5 de julho ao sair do Colégio Pedro II, e depois enviado para instalações prisionais improvisadas em ilhas na Baía de Guanabara e no litoral do Rio de Janeiro. Domingos Passos, Domingos Braz e outros operários anarquistas foram encarcerados na Quarta Delegacia Auxiliar. Em São Paulo, militantes libertários que subscreveram uma moção de apoio crítico aos rebeldes, solicitando armas para uma luta revolucionária, foram perseguidos e presos pelos órgãos de repressão. Uma verdadeira razia acontecia nos meios operários.

Tal situação favoreceria em particular os cooperativistas que, além de contarem com o apoio do governo, encontravam nos espaços deixados pelos militantes mais ativos nas organizações sindicais de resistência, uma possibilidade real de atuação. No Rio de Janeiro, por força da perseguição aos anarquistas, muitos projetos desta linha ideológica deixaram de ser implantados. No caso particular da União dos Operários em Construção Civil, entidade visceralmente avessa ao “bolchevismo”, os trabalhos foram seriamente comprometidos, tendo em vista que os membros mais destacados foram presos ou deportados para a Colônia de Clevelândia.

Para a Clevelândia, região fronteira à Guiana Francesa, no extremo Norte, junto ao rio Oiapoque, foram enviados operários anarquistas, trabalhadores desempregados, meninos de rua, presos comuns e soldados rebeldes. Tal acontecimento, uma verdadeira tragédia, só conhecida pelo público após o fim do estado de sítio e de censura a imprensa, no início de 1927, envolveu quase mil pessoas. Desse número, mais de 50% não retornou ao lar após o governo de Bernardes, ficaram sepultados, vitimados por doenças e pelo abandono.

Como vimos, embora os comunistas também sofressem reveses nessa época, a repressão para os anarquistas havia sido muito pior. O órgão do Partido o “A Classe Operária”, segundo J. F. Dulles, reconhecia:

“(…) ‘Tinha de ser assim. A História condenou esses companheiros[os anarquistas].’ Em uma mensagem de 1927 à União dos Operários em Construção Civil, extremamente combatida pelas autoridades, os comunistas explicaram que ‘vendo a tormenta e não podendo afrontá-la, fizeram como o camelo: meteram o pescoço na areia e deixaram o simum passar... Esconderam-se para continuar o trabalho revolucionário’.”⁴¹

Segundo o comunista Octávio Brandão, em suas memórias, os comunistas dentro dos sindicatos da Construção Civil e dos Sapateiros, cometeram “erros grosseiros”. Ameaçaram trabalhadores, praticaram “atos de indisciplina” e, no fim, tentaram cindi-los. Tais

problemas evoluíram para uma hostilidade sem precedentes no interior dos sindicatos de resistência.

No ano de 1928, quando o movimento libertário encontrava-se em descenso no Rio de Janeiro, na Rua Frei Caneca nº 4, sede da União dos Gráficos, teve lugar um atentado contra anarquistas. O caso envolvia o deputado Azevedo Lima, aliado dos comunistas e candidato pelo Bloco Operário, em 1927. O parlamentar acusava o presidente da União dos Operários em Fábricas de Tecido, Joaquim Pereira de Oliveira, de envolvimento com a polícia carioca.

Assim, no dia 14 de fevereiro, na sede dos Gráficos, haveria um encontro para o esclarecimento da denúncia. Logo no início das atividades, a luz foi apagada e, após disparos efetuados por membros da assistência, foram feridos 10 trabalhadores, sendo que dois vieram a falecer.

Para os anarquistas os disparos que vitimaram o sapateiro anarquista Antonino Dominguez, militante desde 1914, e um gráfico, teriam sido de autoria dos comunistas Eusébio Manjon e Galileu Sanchez. Segundo os comunistas, os referidos disparos teriam sido obra de policiais “secretas”.

Antonino Dominguez, ainda ferido, chegou a dizer a um jornalista de *A Noite*:

“Quem me feriu foi Pedro Bastos.⁴² - Por que? - Ele não me suporta, e isso porque, chefiando um grupo de comunistas na ‘Aliança dos Operários em Calçados’, à Praça da República, 42, me encontrou pela proa. - Mas só por isso? - É que ele dirigiu um ataque à nossa sociedade e eu o repeli. Desde então não me perdoou, aproveitando agora a ocasião para se vingar.”⁴³

A morte de Dominguez ampliaria o abismo entre as duas tendências revolucionárias no Rio de Janeiro.

Todos estes acontecimentos, aliados à luta contra o Estado, a cada dia mais difícil, comprometeram em muito a ação dos anarquistas no Rio de Janeiro. Alguns libertários, como Domingos Passos e José Oiticica, passaram a reservar parte de suas energias para a luta que continuava em São Paulo. No Rio de Janeiro, onde o cooperativismo era fortíssimo e a tradição do reformismo era evidente, as esperanças da retomada de certa expressão sindical, para os libertários, esmaeciam a cada confronto.

Domingos Passos que chegara à capital paulista em fins de 1927 para reorganizar a FOSP, seria preso na “Bastilha do Cambuci”, prisão da polícia política de São Paulo, e desapareceria sem deixar vestígios. José Oiticica conseguiria, embora vigiado, auxiliar os militantes paulistas na tarefa de resistir à nova conjuntura. Dessa forma, muito dos esforços dos anarquistas da Capital Federal, passaria a concorrer para o sucesso das organizações no estado vizinho. Em contrapartida, os comunistas no Rio de Janeiro, embora houvessem crescido, exageravam nos números de filiados. Em relatórios enviados a URSS dessa época, Astrojildo Pereira, alargava de forma ficcional as margens e o volume do “regato bolchevista” no estado, apresentando números dificilmente atingidos por qualquer organização revolucionária naquele período.

Em 1933, após a revolução de 1930 e a de 1932, no estado de São Paulo, a repressão aumentaria bastante. Os anarquistas, buscando a manutenção da vigência de suas teses, iriam fundar um Comitê Antifascista, tendo como bases organizativas a FOSP, fornecendo a

expressão classista; o Centro de Cultura Social, como referência ideológica e os jornais “A Plebe” e “A Lanterna”, como veículos públicos do grande projeto. Tal iniciativa contaria com a adesão dos socialistas e com a crítica dos comunistas que propunham uma Frente Única Antifascista. No mesmo período, por iniciativa da Associação dos Bancários, ainda em 1931, surgiria a Coligação dos Sindicatos Proletários, engrossada por membros do Partido Socialista Brasileiro; a Liga Comunista Internacionalista, trotskista, e comunistas. Esta Coligação, após uma aventura eleitoral, teria sua base bastante comprometida pelos desgastes ocorridos durante as eleições.

Os sindicatos independentes do Estado, após 1934, passam a ter ainda maiores problemas. O governo determinava que os trabalhadores para auferirem os benefícios da nova legislação tinham que se filiar aos sindicatos oficiais. Situação que levou os trotskistas da União dos Trabalhadores Gráficos a pedirem a inclusão deste sindicato na lista das entidades vinculadas ao Ministério do Trabalho. Situação que mereceu severas críticas dos anarquistas que, no 1º de Maio, tentavam reerguer a velha COB, independente e revolucionária.

Na verdade, o avanço comunista nesse período deveu-se em grande medida aos novos canais formais de participação para o operariado, além da criação das “Frentes” que usavam das energias de muitos, para posterior capitalização política do PCB. Nas eleições de 1934, para a Constituinte, os comunistas, trotskistas e socialistas acenavam para as massas com a possibilidade de colocar no parlamentos representantes da classe trabalhadora. Era algo ainda recente, boa parte do operariado, mesmo os revolucionários, interpretavam o enquadramento na ordem “democrática” como um avanço importante para os movimentos sociais. A “boa nova” enchia setores sindicais de sinceras esperanças na transformação da sociedade através desta via. Mesmo após os escassos resultados desta estratégia - muitas leis não eram obedecidas e raríssimos eram os candidatos operários, ou comprometidos com estes, eleitos- o discurso matneria sua vigência e mobilizaria enorme parcela do operariado.

Os anarquistas descrentes de qualquer ação no campo institucional que pudesse levar à real libertação da classe operária investiram em uma atuação mais sistemática de movimentos de rua e alianças de caráter ideológico. Nunca as limitações da via sindical haviam se colocado tão claramente para os libertários; nunca os debates entre Malatesta e Monate, nos idos de 1907, na cidade de Amsterdã, tinham feito tanto sentido. Em outras partes do mundo, o sindicalismo revolucionário, apartado do anarquismo, agonizava tristemente. No Brasil, a infiltração dos comunistas, defensores da partidarização dos sindicatos, nas associações de classe e o advento do sindicalismo de Estado, fortaleciam, nos discursos de oposição ao anarquismo, a tese que identificava a premissa de independência total dos trabalhadores em relação ao Estado burguês, como sendo anacrônica. Os libertários faziam as alterações programáticas em meio a uma enorme crise pela qual passava o seu modelo de inserção na sociedade.

Tais problemas ensejaram um intenso debate no meio libertário, opondo “movimento anarquista” a “movimento operário”. O militante Luís Paparo, em reunião na sede da Federação Operária de São Paulo, em 1932, chegaria a afirmar: “Os anarquistas vivem

sempre pensando, porém nada realizam. O que fizeram os anarquistas desde 1924? Nada!”⁴⁴ As palavras de Paparo deslocavam a responsabilidade da crise do anarquismo para o interior do movimento. Não eram apenas as prisões, deportações, infiltração comunista e o sindicalismo corporativo os responsáveis pelas mazelas. O militante questionava a própria vontade do anarquista, naquela década, de transformar a situação. A “vontade de potência”⁴⁵, na concepção de Rudolf Rocker, deveria retornar aos libertários atordoados com a nova conjuntura.

Entretanto, a preparação da ação que iria interferir na marcha “integralista”, nome que assumiu o movimento fascista no Brasil, até a Praça da Sé, no ano de 1934, mostraria um ativista libertário bastante distinto das críticas demolidoras de alguns militantes. Em reuniões com lideranças de uma Frente Antifascista, os anarquistas, segundo Eduardo Maffei, “muito solidários e ativos”⁴⁶, foram fundamentais para o sucesso do feito que se tornaria “épico”. Na utilização da FOSP para algumas reuniões, além da participação de Edgard Leuenroth, Pedro Catalo, Rodolfo Felipe, Gusman Soler e outros, os anarquistas contribuíram sobremaneira para uma das maiores derrotas públicas do integralismo no Brasil.

Maffei alude a frases proferidas pelos anarquistas durante as reuniões, muitas em castelhano, como: “A melhor organização é a dinamite” ou “A frente única se faz nas ruas”. De fato, ainda segundo Maffei, no dia do confronto na Praça da Sé, no centro da cidade de São Paulo, os anarquistas teriam batido-se “contra os integralistas e a polícia civil como leões”⁴⁷. Em um dos encontros preparatórios para o evento Leuenroth teria definido, “cordatamente” e de forma direta, os objetivos da aliança tática: “o impedimento da parada fascista”.

A frente que se organizou para por termo à “parada integralista” era bastante diversa em tendências ideológicas, todas identificadas com o antifascismo. Encontravam-se nela figuras como o coronel João Cabanas, Roberto Sisson, representantes do setor militar; trotskistas, comunistas, socialistas e libertários. Na última reunião na FOSP, Cabanas insistia na necessidade de abreviar a existência de Plínio Salgado, idéia que iria persegui-lo durante o confronto, entretanto sem sucesso. Os anarquistas cobririam da Rua Venceslau Brás até um relógio público no espaço da Praça, os trotskistas e comunistas tinham também suas áreas para a ação.

A “Batalha da Praça da Sé” aconteceu em outubro de 1934, e talvez tenha sido a última grande aparição anarquista, antes do Estado Novo em 1937, fato que alterou a fisionomia política da República transformando-a em uma ditadura das mais violentas. Na Batalha da Praça da Sé figuras como Juan Perez Bouzas, o sapateiro galego, Simon Radowitzky⁴⁸, o lendário anarquista russo, e Edgard Leuenroth deixaram suas marcas. Peres e Radowitzkyⁱ, partiram para a ação direta retirando das mãos da Força Pública paulista uma metralhadora que, em seguida, foi usada contra os integralistas. Leuenroth foi visto andando em meio ao sibilar das balas, altivo e destemido. Com a debandada geral dos integralistas, inclusive com o abandono de suas camisas verdes pelas sarjetas do centro de São Paulo, a ação antifascista tinha atingido os seus objetivos. E os anarquistas, como afirmaria Maffei, “na luta se cobriram de glória”.

Em março de 1935, alguns setores “tenentistas” de esquerda e grupos políticos ligados aos comunistas e socialistas, criaram a Aliança Nacional Libertadora (ANL). O oficial da Marinha Herculino Cascardo, recém chegado da Inglaterra, um dos revolucionários do encouraçado São Paulo, que se levantou contra Bernardes, em 1924, seria escolhido para presidir a nova “Frente”⁴⁹. Os anarquistas, após diversas considerações de ordem política, decidiram aderir ao movimento. Os motivos que levaram os libertários a entrarem na ANL, entre outros, foram, a necessidade de proteção contra as leis de exceção em vias de decretação pelo governo de Getúlio Vargas, a possibilidade de mais um canal de expressão e a oportunidade de inserir os sindicatos, sob sua influência, em uma dimensão de luta política não-partidária.

Nessa altura, os anarquistas que vinham se preocupando de forma crescente com a formação ideológica de seus militantes, investiam com firmeza dentro da ANL, para, em contraste com a atitude de comunistas e socialistas, demonstrarem a singularidade da proposta política libertária. Em todos os comícios e *meetings* da Aliança os oradores anarquistas buscavam marcar a diferença, principalmente por ser o líder comunista, Luís Carlos Prestes, presidente de honra da “Frente”.

Após a Intentona Comunista, deflagrada no âmbito das lutas da ANL, no mesmo ano de sua fundação, a repressão do governo cairia igualmente sobre todo o movimento operário organizado. Sindicatos não oficiais seriam fechados, o que comprometia ainda mais a ação libertária, estabelecimentos fabris e mesmo navios, seriam adaptados para receber presos políticos e, as deportações, novamente promoveriam enormes baixas no universo militante anarquista. Tal situação contribuiria para que, no golpe do Estado Novo, dois anos depois, os ativistas revolucionários e os sindicatos estivessem quase totalmente paralisados para reagir à instauração da ditadura.

Crise do sindicalismo anarquista

Embora a recente historiografia brasileira, nem sempre em favor de esclarecimento das questões fundamentais, tenha promovido um novo olhar sobre o sindicalismo anarquista, tentando separar o sindicalismo revolucionário da participação do anarquismo nas questões classistas. É sintomático o fato de o primeiro ter entrado em crise na mesma oportunidade da perda de visibilidade do segundo. Se é bem verdade que o sindicalismo revolucionário não seja sinônimo de anarco-sindicalismo, fenômeno com especificidades históricas ligadas a determinados países; não é menos verdadeira a conclusão de que todos os movimentos na Europa e Américas, no qual estiveram envolvidos anarquistas, partiram de premissas estabelecidas no campo teórico do sindicalismo revolucionário. As experiências francesas, e mesmo alguns congressos da I Internacional, nos idos anos do século XIX, apontavam para uma estratégia classista que, no ano de 1906, foi mais claramente defendida no Congresso de Amiens, na França.

Assim pensando, se levarmos em consideração os fatos e as múltiplas realidades, que no seu conjunto formam a história, o sindicalismo revolucionário foi uma ferramenta, antes

de tudo, utilizada por trabalhadores que pretendiam a transformação da sociedade. Era uma metodologia a serviço da mudança, e utilizaram-na aqueles que com **voluntá**, na perspectiva do teórico anarquista Malatesta, queriam realmente a Revolução Social. Nesse aspecto os anarquistas se destacaram na aplicação do método que lhes parecia mais adequado aos fins de transformação social “a caminho da anarquia”.

No caso específico brasileiro, o sindicalismo revolucionário foi a porta de entrada dos anarquistas no mundo urbano de conflitos permanentes com a ordem conservadora, vigente no país. Foi através dele, e não excetuamos as experiências rurais anteriores, que os libertários alcançariam uma visibilidade, nunca antes atingida por grupos revolucionários ideologicamente incluídos no campo do socialismo. A leitura que fizeram os anarquistas, no Brasil, do sindicalismo revolucionário, oficialmente assumida no “Primeiro Congresso Operário”, foi, como não poderia deixar de ser, original e concordante com a realidade que encontravam os trabalhadores dentro de um país rural, recém saído do modelo escravocrata e dependente do capital externo.

Foi, sem sombra de dúvidas, o sindicalismo revolucionário, responsável pelo primeiro vetor social conseguido pelos anarquistas nos grandes centros brasileiros. Como queria Malatesta, os anarquistas deveriam entrar em todos os campos que suscitasse as contradições do capitalismo e lá buscar que funcionassem da forma “mais libertária possível”. No meio sindical a orientação não era diferente.

Entretanto, a confusão entre a proposta ideológica de revolução e os meios para atingi-la, comprometeu em diversos momentos a prática anarquista. Em muitas oportunidades, os libertários, deixaram-se levar pela enxurrada reivindicatória, observando menos os pressupostos doutrinários. Os grupos de propaganda, por questões de urgência, acabaram por não conseguir levar a efeito a sedimentação ideológica das premissas libertárias. Dessa forma, por uma excessiva ênfase no “economicismo”, já denunciada por muitos anarquistas, típica do sindicalismo, as bases afastavam-se da proposta ideológica que as animara até o início dos anos 20.

Não foi difícil aos comunistas, de posse de um agressivo pragmatismo, influenciar significativas parcelas de militantes algo perplexos no interior dos sindicatos. A leitura eminentemente econômica auxiliou os “bolchevistas”, até porque muitos deles como anarquistas, fomentavam tal política, a transferirem boa parte do contingente das bases; primeiro para a esfera de influência dos sindicatos cooperativistas e depois para o ingresso nos oficiais. Colheram, os comunistas, os frutos da “insuficiente” propaganda ideológica dos anarquistas nos meios sindicais. O “excesso de sindicalismo” teria impedido os grupos, embora variados e atuantes, de fazerem a necessária pregação da proposta claramente anarquista no meio operário. Era uma equação difícil de se resolver naqueles dias de euforia, nos quais se achava que o sindicato seria a futura célula da sociedade sem fronteiras, mestres e proprietários.

Tal situação, entretanto, já era percebida por muitos anarquistas nos fins dos anos 20 e início do decênio seguinte. A própria necessidade de separar “movimento operário” de “movimento anarquista”, como vimos, era explicitada por jornais engajados. O que posteriormente seria sugerido pela historiografia, a separação entre movimento e ideologia,

acontecia na lida militante por necessidade de sobrevivência de uma idéia que havia, em grande parte, mobilizado indivíduos extraordinários nas primeiras duas décadas do século XX, no Brasil.

Com o advento do Estado corporativo, através da revolução político-militar de 1930, e a criação de uma estrutura oficial para acolher os sindicatos, materializada no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, as premissas do sindicalismo revolucionário perdiam a vigência. A metodologia, na ausência da Revolução Social tão esperada, deixava de possuir a eficiência necessária. A nova realidade de contenção revolucionária condenava ao esquecimento o antigo modelo e secundarizava na cena pública seus principais entusiastas, os anarquistas. A crise do sindicalismo revolucionário tiraria dos anarquistas o seu vetor social; sem espaços para inserção, - todos fechados pela repressão, e o isolamento que sofrem a partir de uma propaganda comunista financiada, inclusive internacionalmente - os libertários passam a se organizar em grupos de cultura e preservação da memória.

Assim, pode-se entender porque embora distintos, o sindicalismo revolucionário e o anarquismo perdem ambos a expressão na mesma época. A luta pela liberdade, que se fazia mais clara e autêntica pela via classista, defendida pelos libertários, só teve a envergadura observada nos primeiros tempos porque os espíritos estavam voltados para a consecução de objetivos mais ousados. Na medida da institucionalização do movimento operário e da vinculação das lutas ao plano oficial e eleitoral, as perspectivas de transformação radical seriam gradativamente abandonadas, empurrando, a cada avanço das reformas, os anarquistas para os bastidores dos movimentos sociais. Embora, as teses libertárias jamais tivessem perdido a atualidade, elas funcionavam melhor em um ambiente de intransigente defesa da revolução. A apatia, e o avançado grau de burocratização, na qual mergulhou grande parte do movimento operário, não mais permitia o estabelecimento dos antigos elos entre o sindicalismo e o anarquismo.

O presente texto deve muito, no que, por ventura, venha a apresentar de melhor, ao esforço conjunto dos pesquisadores e revisores Renato Ramos, Felipe Corrêa e Milton Lopes. Assim, o autor protesta, sinceramente, seus agradecimentos aos préstimos inestimáveis destes dois colaboradores.

Notas:

¹ Hernâni Donato. *Diccionario das Batalhas Brasileiras: dos conflitos indígenas às guerrilhas políticas urbanas e rurais*. São Paulo, IBRASA, 1987.

² O espírito de quarenta e oito, citado não só por Vamireh Chacon, como também por Amaro Quintas onde este atribui não só a Pernambuco como também a Paraíba, “aspirações libertárias” naquele momento. Ver Amaro Quintas. *O Sentido da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1967, p. 62.

³ Apud, Vamireh Chacon. *História das Idéias Socialistas no Brasil*. Fortaleza/Rio de Janeiro. Civilização Brasileira/ Ed. UFC, 1981, p. 34.

⁴ Apud, Osvaldo Coggiola. *Introdução*. In Marx, Engels, Bakunin, Lassagarai et alli. *Escritos Sobre a Comuna de Paris*. São Paulo, Xamã, 2002, p. 12.

⁵ Apud, José Nilo Tavares. *Marx, o socialismo e o Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983, p. 103.

⁶ Dominique Cochart. *As Multidões e a Comuna: Análise dos Primeiros escritos sobre Psicologia das Multidões*. In *Reforma e Revolução – Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 10, nº 20, março-agosto de 1990, p. 119.

⁷ Francisco Foot Hardman. *Nem Pátria, Nem Patrão*. São Paulo, Unesp, 2003, p. 342.

⁸ Dominique Cochart. op. cit. p. 123.

⁹ O anarquista Elisée Reclus escrevia sobre o Brasil desde 1862, já na *Revue des deux mondes*, havia publicado um artigo sob o título de *Le Brésil et la colonisation*. Em um de seus exílios, nos anos de 1850, esteve em países de América, como Colômbia e EUA. Existem registros imprecisos de sua passagem pelo Brasil, Uruguai, Argentina e Chile, em 1893, com sua segunda esposa Ermance, viagem que teria como conseqüência o artigo Estados Unidos do Brasil. Luiz Costa Lima. *A véspera de Hoje*. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 9 de dezembro de 1995; Elisée Reclus. *O Brasil nos Fins do Século XIX*. In Manuel Correia de Andrade (org.) *Elisée Reclus*. São Paulo, Ática, 1985 e *Itineraire*. nº14/15, Paris, 1998.

¹⁰ Alexandre Mendes da Rocha. *Imigrantes em Resende: Visconde de Mauá (1908-1916)*. Resende, Funarte/Prefeitura Municipal de Resende, 1984. p.23

¹¹ Apud, Evaristo de Moraes Filho. *O movimento social na primeira década do século*. In *Brasil 1900-1910*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1980. p.18

¹² Cornelius Castoriadis. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985. p.153

¹³ Os reformistas denominaram de “Quarto Congresso” pois entendiam que outros dois, antes do Congresso anarquista, de 1906, teriam que ser incluídos no histórico de congressos operários no Brasil.

¹⁴ Palestra de Edgard Leuenroth, sob o título “O movimento operário”, no Centro de Cultura Social, em 1965.

¹⁵ Claudius Koenigstein François - Ravachol, nasceu em Saint-Chamond (Loire), em 1859. Filho de operários, seu nome tornou-se gênero da “delinqüência” anarquista. Foi executado na guilhotina, por ter feito expropriações e assassinado um velho usurário, em 1892.

¹⁶ Apud, Alexandre Samis. *Clevelândia anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro, Imaginário/Achiamé, 2002. p.37

¹⁷ ibidem

¹⁸ *Correio da Manhã*, 5 de janeiro de 1908.

- ¹⁹ *Na Barricada*, 4 de novembro de 1915.
- ²⁰ *Na Barricada*, 7 de outubro de 1915.
- ²¹ *Correio da Manhã*, 23 de março de 1918.
- ²² *O Sindicalista*, fevereiro de 1927.
- ²³ O russo Simón Radowitzky matou o chefe de polícia Ramón Falcón, responsável pelo massacre de trabalhadores durante a Semana Trágica, na Argentina, no ano de 1909. Ver para tanto: Osvaldo Bayer. *Los Anarquistas Expropiadores, Simón Radowitzky y otros ensayos*. Buenos Aires, Galerna, 1975.
- ²⁴ Kurt Wilckens, de origem alemã, vingou o massacre de trabalhadores na Patagônia, acontecido em 1921, executando o coronel Varela, em 1923. Ver para tanto: Osvaldo Bayer. *La Patagonia Rebelde*. Buenos Aires, Planeta, 2002.
- ²⁵ Brasília Carlos Ferreira. *Trabalhadores, Sindicatos, Cidadania: Os Trabalhadores na Era Vargas*. São Paulo/Ad Hominem; Natal/UFRN, 1997. p.139
- ²⁶ Ver para tanto: Moacir Medeiros de Sant'ana. *Elysio de Carvalho, um militante do anarquismo*. Maceió, Arquivo Público de Alagoas, 1982.
- ²⁷ *A Voz do Trabalhador*, 1º de maio de 1914.
- ²⁸ *A Voz do Trabalhador*, 1º de outubro de 1913.
- ²⁹ *A Voz do Trabalhador*, 15 de fevereiro de 1914
- ³⁰ Moacir Medeiros de Sant'ana. *Elysio de Carvalho, um militante do anarquismo*. Maceió, Arquivo Público de Alagoas, 1982. p.233.
- ³¹ *O Semeador*, 20 de abril de 1919
- ³² *O Semeador*, 21 de maio de 1919
- ³³ *O Semeador*, 14 de junho de 1919
- ³⁴ *A Batalha*, série VI, ano XXIX , nº 196
- ³⁵ *A Voz do Trabalhador*, 1º de maio de 1920.
- ³⁶ *A Lucta Social*, 1º de maio de 1914
- ³⁷ *A Lucta Social*, 29 de março de 1914
- ³⁸ *A Lucta Social*, 29 de março de 1914
- ³⁹ Apud, Eliana de Freitas Dutra. *Caminhos Operários nas Minas Gerais*. São Paulo, Hucitec/UFMG, 1988. p.143
- ⁴⁰ Segundo levantamento feito por Maria Nazareth Ferreira foram publicados no Brasil, entre 1847 e 1920, cerca de 341 jornais com títulos alusivos à questão operária. Maria Nazareth Ferreira. *A Imprensa Operária no Brasil 1880-1920*. Petrópolis, Vozes, 1978.

⁴¹ Jonh Foster Dulles. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977. p. 211.

⁴² Pedro Bastos era o pseudônimo de Galileu Sanchez. Este fazia parte do PCB, mas antes de ingressar nas fileiras do Partido havia, ainda como anarquista, assinado um demolidor artigo denunciando atrocidades na URSS. Em tom acusatório referia-se aos bolchevistas como: “As ratazanas de Capa Vermelha.” *O Trabalho*, 10/06/1922, Apud Edgar Rodrigues. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, s.d. p.115.

⁴³ *ibidem*. p.297.

⁴⁴ Apud, Raquel Azevedo. *A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002. p.89

⁴⁵ Rudolf Rocker. *Nacionalismo y Cultura*. Madrid, Ed. Reconstruir. s.d. p. 15.

⁴⁶ Eduardo Maffei. *A Batalha da Praça da Sé*. Rio de Janeiro. Philobiblion. 1984. p.76

⁴⁷ *ibidem*. p.78

⁴⁸ Simon Radowitzky havia saído da Argentina e passara pelo Uruguai, em 1934, sempre muito vigiado pela polícia. Não seria absurdo, por conta da relativa facilidade de atravessar a fronteira para o lado brasileiro, considerar a hipótese de ter ele de fato passado por São Paulo. Segue o texto de uma carta sua a Luigi Fabbri, recolhida pelo autor no International Institute of Social History – Amsterdã (IISG). O texto foi transcrito mantendo a grafia original.

“Montevideo 6 de julio 1934.

Querido camarada Luisi.

El movil de esta es para sahadarte igualmente á (Bionca) Lucce, creame queridos amigos que siento en de todo corazon que no voy personalmente de darles (um) abrazo a mis mas queridos camaradas, pero el unico temor de no comprometerlos me detiene de hacerlo,

El motivo de esta es muy probable que esta noche me embarco, pero le ruego que me desculparan de no ver venido, habiamos pensado ir em um auto a buscarlos para que vinieran donde estoy yo peso siempre el temor por no comprometer a ustedes mas teniendo en cuenta su estado de salud, Tambien les quiero manifestar mis buenos amigos que no crean que yo quisiera huir, no, pues pienso volver de aquí unos meses, hoy se me presento la oportunidad de poder llegar hasta mis viejos, pues hace yoi 27 años que no me vean y mi madre vive unicamente con la esperanza de verme un dia y ya que tengo la oportunidad quiero aprovecharla. Querida Lucce no se estraña quie no le habla do otras cosas pues como me es impocible ir despidirme de los amigos estoy escribiendoles, a mas uste sabe mas que nadie que me voy con la conciencia tranquila de ver cumplido siempre como compañero, y si alguna vez he cometido un error fue (mas), inconcientemente ustedes me (podran) perdonarme.

Recibi una carta de Rafael y hoy les mando una carta adjunto para que les remetan pues yo no tengo la direccione de el, asi que al portador de la presente puede tratarle com toda a confianza y darle la direccion y si han (cobrado) el cheque, dejan 5 pesos para Studio Sociale.

Um peso dos tres de um camarada y amigo que le recuerda com cariño y afecto.

Simon”

⁴⁹ Depoimento de Francisco Cascardo, filho de Herculino Cascardo, em 10 de abril de 2004.

ⁱ Aqui estamos contemplando a versão oral que permaneceu na memória de velhos militantes sobre a participação de S. Radowitzky no episódio mencionado.